REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

# Orçamento Geral do Estado

# 2012

## Panorama Orçamental

# Livro 1

**“Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”**

# Livro 1 Panorama Orçamental

## Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2012, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República no seguimento de debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2012 consiste na Lei do Orçamento Geral do Estado, publicada no *Diário da República*, bem como em seis livros orçamentais de apoio:

Livro 1 Panorama Orçamental

Livro 2 Planos Anuais de Acção

Livro 3 Distritos

Livros 4a e 4b Items Operacionais de Orçamento

Livro 5 Parceiros de Desenvolvimento

Livro 6 Fundos Especiais

O Livro 1 *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental geral do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e doméstico, as receitas esperadas a nível doméstico e com base no petróleo, incluindo rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Agostinho Castro, através do correio electrónico acastro@mof.gov.tl ou do telefone +670333 9520.

Numa altura em que Timor-Leste diz adeus ao conflito e bem-vindo ao desenvolvimento, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento do Estado para 2012.

**Emília Pires**
Ministra das Finanças

# Índice

**PARTE 2: SUMÁRIO EXECUTIVO ---- 3**

INTRODUÇÃO ---- 3
ECONOMIA ---- 4
DESPESAS ---- 4
RECEITAS ---- 4
FINANCIAMENTO ---- 5

**PARTE 3: PANORAMA ECONÓMICO ---- 6**

ECONOMIA INTERNACIONAL ---- 6
ECONOMIAS AVANÇADAS ---- 7
ÁSIA ---- 7
PAÍSES EMERGENTES E EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO ---- 8
PREÇOS MUNDIAIS ---- 8
ECONOMIA DOMÉSTICA: PIB NÃO PETROLÍFERO ---- 9
DESPESAS DO GOVERNO ---- 10
RECEITAS DOMÉSTICAS ---- 11
RECEITAS PETROLÍFERAS ---- 11
INFLAÇÃO DOMÉSTICA ---- 12
POBREZA E ODMS ---- 15
PERSPECTIVAS A CURTO A MÉDIO PRAZO (DE 2012 A 2016) ---- 16

**PARTE 4: DESPESAS ---- 17**

INTRODUÇÃO ---- 17
ANÁLISE DAS DESPESAS ---- 19
ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS DE REFORMA EM 2012 ---- 19
ACORDOS INSTITUCIONAIS PARA A FORMULAÇÃO, APROVISIONAMENTO E MONITORIZAÇÃO DE PROJECTOS ---- 20
DESPESAS DO FCTL ---- 21
*Salários e Vencimentos ---- 21*
*Bens e Serviços ---- 22*
*Transferências Públicas ---- 22*
*Capital Menor ---- 23*
*Capital de Desenvolvimento do FCTL ---- 23*
FUNDO DE INFRA-ESTRUTURAS ---- 23
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO ---- 24
COMPANHIA DE INVESTIMENTO DE TIMOR-LESTE ---- 24
PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO ---- 25

**PARTE 5: RECEITAS ---- 26**

INTRODUÇÃO ---- 26
RECEITAS DOMÉSTICAS ---- 26
IMPOSTOS ---- 27
TAXAS E PAGAMENTOS DE UTILIZAÇÃO ---- 27
VENDAS DE ARROZ E JUROS ---- 28
INSTITUIÇÕES AUTÓNOMAS ---- 28
RECEITAS PETROLÍFERAS ---- 29
*Preços do Petróleo ---- 29*
*Produção de Petróleo ---- 30*
*Custos ---- 30*
RETORNO DE INVESTIMENTOS ---- 31
FUNDO PETROLÍFERO ---- 32
ALTERAÇÕES NO RSE ENTRE 2011 E 2012 ---- 34
*Preços do petróleo ---- 34*
*Diferenciais de preços de líquidos ---- 34*
*Diferenciais de preços de GNL ---- 34*

*Produção de líquidos* ---- *35*
*Produção de GNL* ---- *35*
*Custo* ---- *35*
*Kitan* ---- *36*
*Taxas de exploração* ---- *36*
*Taxa de desconto* ---- *36*
ANÁLISE DE SENSIBILIDADE ---- 37
ANÁLISE DA METODOLOGIA ---- 37
ALTERAÇÕES À LEI DO FUNDO PETROLÍFERO ---- 38
BOA GOVERNAÇÃO ---- 38
DIVERSIFICAÇÃO ---- 38
**PARTE 6: FINANCIAMENTO ---- 40**
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPS) ---- 40
EMPRÉSTIMOS ---- 40

# Parte 2: Sumário Executivo

## Introdução

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) destaca políticas no sentido de transformar Timor-Leste, até 2030, num país de rendimentos médios-altos com uma população saudável, instruída e a viver em segurança. O Orçamento de Estado para 2012 faz dotações de despesas para implementar estas políticas e concretizar as metas do PED.

O Orçamento de Fontes Combinadas para Timor-Leste em 2012 é de 1,95 mil milhões de dólares. Isto engloba despesas do Governo de 1,76 mil milhões e compromissos de parceiros de desenvolvimento no valor de 188,9 milhões.

*Tabela 2.1 Orçamento de Fontes Combinadas para o período de 2010 a 2016 (milhões de dólares)*

| | 2010Act | 2011Orc | 2012Orc | 2013Orc | 2014Orc | 2015Orc | 2016Orc |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Orçamento de Fontes Combinadas** | **1.022,6** | **1.578,8** | **1.952,3** | **1.932,2** | **1.926,8** | **1.569,3** | **1.564,1** |
| *Despesas do Governo por Fundos* | *758,7* | *1.306,0* | *1.763,4* | *1.803,4* | *1.854,8* | *1.505,7* | *1.564,1* |
| FCTL | 758,7 | 681,7 | 954,1 | 784,2 | 815,6 | 848,2 | 882,2 |
| FDCH | 0,0 | 25,0 | 30,0 | 35,0 | 40,0 | 45,0 | 45,0 |
| Fundo das Infra-Estruturas | 0,0 | 599,3 | 746,2 | 904,0 | 918,2 | 509,6 | 457,0 |
| Despesas de Infra-Estruturas por empréstimos | 0,0 | 0,0 | 33,1 | 80,2 | 81,1 | 102,8 | 180,0 |
| *Compromissos dos Parceiros* | *263,9* | *272,8* | *188,9* | *128,8* | *72,0* | *63,7* | *0,0* |

*Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2011*

A Tabela 2.2 mostra as despesas, receitas, financiamento do Orçamento do Estado e principais indicadores económicos.

*Tabela 2.2 Tabela Fiscal*

| ($milhões) | 2008 Act | 2009 Act | 2010 Act | 2011 Orc | 2012 Orc | 2013 Orc | 2014 Orc | 2015 Orc | 2016 Orc |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total de Despesas por Apropriação de Categorias** | **483,9** | **603,6** | **758,7** | **1.306,0** | **1.763,4** | **1.803,4** | **1.854,8** | **1.505,7** | **1.564,1** |
| *Recorrentes* | *356,0* | *394,3* | *505,0* | *588,4* | *679,0* | *709,9* | *741,9* | *775,0* | *804,2* |
| Salários e Vencimentos | 50,3 | 87,3 | 91,5 | 116,8 | 140,1 | 145,7 | 151,5 | 157,6 | 163,9 |
| Bens e Serviços (Inc FDCH) | 221,4 | 212,8 | 245,1 | 294,1 | 344,7 | 362,3 | 380,4 | 399,0 | 413,2 |
| Transferências Públicas | 84,3 | 94,2 | 168,4 | 177,5 | 194,2 | 202,0 | 210,0 | 218,4 | 227,2 |
| *Capital* | *127,9* | *209,3* | *253,7* | *717,6* | *1.084,4* | *1.093,5* | *1.112,9* | *730,7* | *759,9* |
| Capital Menor | 41,4 | 38,5 | 38,1 | 29,3 | 30,0 | 31,2 | 32,4 | 33,7 | 35,1 |
| Cap&Dev (Inc FI) | 86,5 | 170,8 | 215,6 | 688,3 | 1.054,4 | 1.062,3 | 1.080,5 | 696,9 | 724,8 |
| **Financiamento** | **483,9** | **603,6** | **758,7** | **1.306,0** | **1.763,4** | **1.803,4** | **1.854,8** | **1.505,7** | **1.564,1** |
| *Receitas Domésticas* | *69,4* | *90,8* | *96,4* | *110,7* | *136,1* | *158,7* | *185,5* | *217,8* | *256,3* |
| *Rendimento Sustentável Estimado (RSE)* | *396,0* | *408,4* | *502,0* | *734,0* | *665,3* | *641,2* | *617,1* | *591,4* | *577,1* |
| *Levantamentos Adicionais do PF* | *0,0* | *103,6* | *309,0* | *321,0* | *928,9* | *923,3* | *971,2* | *593,6* | *550,7* |
| *Saldo em Dinheiro* | *18,5* | *0,8* | *-148,7* | *140,3* | *0,0* | *0,0* | *0,0* | *0,0* | *0,0* |
| *Empréstimos* | *0,0* | *0,0* | *0,0* | *0,0* | *33,1* | *80,2* | *81,1* | *102,8* | *180,0* |
| **Indicadores Económicos Seleccionados** | | | | | | | | | |
| Saldo Fiscal não Petrolífero | -414,5 | -512,8 | -662,3 | -1.195,3 | -1.627,3 | -1.644,7 | -1.669,4 | -1.287,9 | -1.307,8 |
| PIB Nominal não Petrolífero Excl UN ($m) | 459,7 | 578,5 | 653,8 | 788,3 | 929,7 | 1.097,1 | 1.282,3 | 1.500,4 | 1.767,8 |
| Défice Fiscal não Petrolífero / PIB não Petrolífero | 90% | 89% | 101% | 152% | 175% | 150% | 130% | 86% | 74% |

*Fonte: Ministério das Finanças, 2011.*

## Economia

A estimativa preliminar do crescimento económico de Timor-Leste em 2010 aponta para uns impressionantes 8,5%. Em 2010, os contratos governamentais para a construção de infra-estruturas impulsionaram um forte crescimento no sector da construção civil. A produção de arroz e de café ficou abaixo das expectativas em 2010, devido sobretudo a chuvas fora de época. É esperado que o crescimento económico forte se mantenha a médio prazo, suportado por elevadas despesas públicas.

A inflação doméstica aumentou para 12,4% até Junho de 2011, comparativamente com os preços apresentados no período de Junho de 2010. A inflação elevada em 2011 deveu-se a um aumento dos preços dos produtos alimentícios a nível internacional, à desvalorização do dólar americano e ao incremento das despesas recorrentes. Os preços internacionais dos produtos alimentares e o valor do dólar encontram-se fora da área de controlo do Governo, pelo que lhe compete apenas implementar a sua política fiscal no sentido de controlar os efeitos da inflação. O Governo está empenhado em ter um crescimento prudente das despesas recorrentes a médio prazo, o que é consistente com o PED e com uma inflação estável. Contudo, em 2012, será necessário um aumento considerável nas despesas recorrentes para custear as despesas essenciais descritas na secção seguinte.

## Despesas

Em 2012, o orçamento para despesas recorrentes é de 679 milhões de dólares, representando um aumento de 15% comparativamente a 2011. Justifica-se este aumento pela necessidade de custear o acréscimo nas despesas com combustível para geradores, despesas relacionadas com o estatuto da carreira de docente e dos paramédicos, e o alargamento do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano.

Em 2012, o orçamento para despesas de capital, incluindo o capital menor, é de 1.1 mil milhões de dólares, reflectindo um Fundo de Infra-Estruturas mais elevado comparativamente ao de 2011, abrangendo-se igualmente o Fundo para a Corporação de Investimento de Timor-Leste. Mais de 70% desta despesa irá efectuar-se através de projectos plurianuais de grande dimensão no Fundo de Infra-estruturas, sendo que estes projectos contribuirão para a construção de infra-estruturas estratégicas necessárias ao desenvolvimento e fomento de uma economia moderna e produtiva.

O Orçamento do Estado para 2012 inclui, igualmente, mais de 52 milhões de dólares de despesas para os programas PDD1 e PDD2. Estes programas visam construir infra-estruturas em pequena escala de acordo com as necessidades locais e fomentar o desenvolvimento de empresas locais de construção civil.

## Receitas

A cobrança prevista para 2012 relativamente às receitas domésticas é de 136,1 milhões de dólares, o que significa um aumento de 22,9% comparativamente aos 110,7 milhões previstos para 2011. Este aumento é motivado pelo imposto sobre vendas, imposto sobre o consumo e direitos de importações. O imposto de retenção está igualmente a aumentar, devido sobretudo ao incremento previsto no valor dos contratos de construção relativos à despesa pública.

Em 2012, prevê-se que a cobrança de receitas domésticas não petrolíferas financie 7,7% do total das despesas do governo. Todavia, taxas de crescimento económico elevadas e uma

maior eficiência ao nível da cobrança de impostos significam que, até 2016, as receitas domésticas não petrolíferas deverão atingir um montante de 256,3 milhões, financiando 16,4% do total das despesas.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está calculado nos 665, 3 milhões de dólares para 2012, o que constitui uma redução de 69 milhões em relação à estimativa do RSE para 2012 calculado no orçamento do ano transacto. As principais razões para esta redução prendem-se com uma revisão em baixa considerável na previsão de produção e uma revisão em alta considerável nos custos do Bayu Undan. Não há modificações materiais na metodologia do cálculo do RSE.

É esperado que as receitas petrolíferas atinjam o seu pico em 2011, com um valor de 2,5 mil milhões de dólares, descendo gradualmente a partir de 2012. Não obstante duma redução nos fluxos de entrada e dum aumento dos levantamentos comparativamente com os cálculos orçamentais do ano transacto, prevê-se que o saldo do Fundo Petrolífero aumente de 6,9 mil milhões de dólares em finais de 2010 para 8,7 mil milhões em finais de 2011, 9,2 mil milhões em finais de 2012 e 11,3 mil milhões em finais de 2016.

As alterações propostas à Lei do Fundo Petrolífero foram aprovadas pelo Parlamento Nacional a 23 de Agosto de 2011. Estas alterações na Lei do Fundo Petrolífero vêm fortalecer a estrutura governamental incutida na lei original de 2005, a qual é internacionalmente reconhecida e elogiada. Uma importante alteração na lei diz respeito à política de investimento. Neste sentido e aplicando o princípio fundamental do mercado financeiro da diversificação, a Lei do Fundo Petrolífero permite agora recorrer a mais instrumentos financeiros que não títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América e aumentar a quota de acções da carteira de investimentos. Sendo um investidor a longo prazo, Timor-Leste pode suportar as oscilações elevadas de retornos a curto prazo que se seguirão à nova política de investimentos. O aumento do retorno esperado auxiliará um alinhamento mais eficaz da política de investimento com a política fiscal e com o programa de construção nacional de Timor-Leste.

## Financiamento

O défice não petrolífero é igual às receitas domésticas menos o total de despesas. Em 2012, o défice não petrolífero será 1,6 milhões de dólares. Este défice será financiado pelo Rendimento Sustentável Estimado (RSE), por Levantamentos Adicionais a partir do Fundo Petrolífero e por montantes relativamente reduzidos de empréstimos.

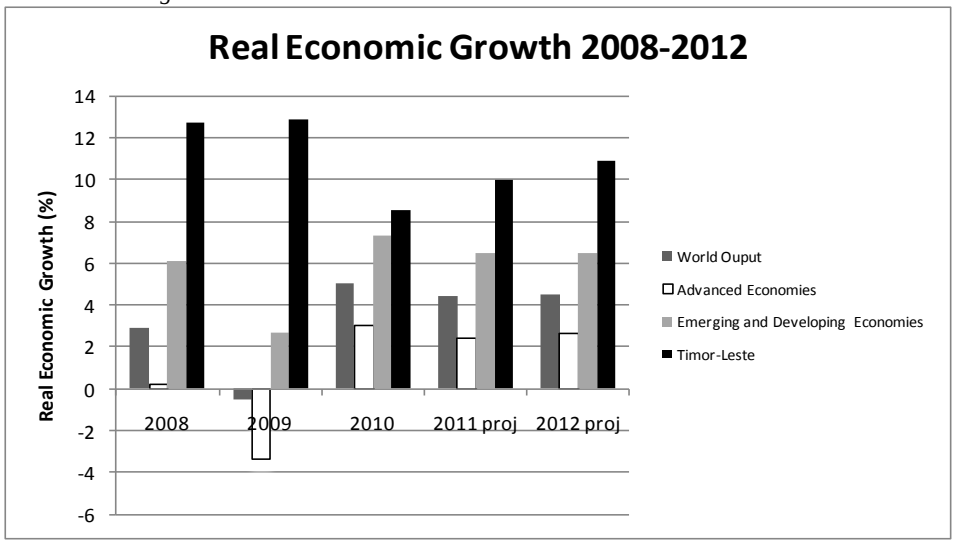
Ao longo dos próximos cinco anos serão necessários levantamentos adicionais significativos a partir do Fundo Petrolífero, de modo a financiar a construção de infra-estruturas estratégicas, conduzindo a um decréscimo do RSE para 577 milhões de dólares até 2016. Estes levantamentos adicionais estão de acordo com a política do Governo delineada no PED, que abrange levantamentos a partir do Fundo Petrolífero com este objectivo. O Governo acredita que, a longo prazo, um forte crescimento económico impulsionará significativamente o incremento nas receitas domésticas, permitindo assim reduzir para zero os levantamentos adicionais a partir do Fundo Petrolífero.

# Parte 3: Panorama Económico

## Economia Internacional

A economia internacional encontra-se ainda a recuperar da crise financeira que precipitou algumas das economias mais avançadas para a recessão e que teve um impacto adverso em muitos países emergentes e em vias de desenvolvimento. A crise no crédito nos EUA, que provocou o caos económico a nível mundial, teve lugar em meados de 2007, sendo que somente em meados de 2009, a economia apresentou indícios de estabilização. Em 2010, a economia global cresceu cerca de 5%, ao passo que no primeiro trimestre de 2011 cresceu 4,3%, apesar do impacto de eventos negativos, tais como, o terramoto no Japão e uma maior debilidade da actividade dos EUA que o esperado. As projecções para 2011 e 2012 são de 4,3% e 4,5% respectivamente. A Figura 3.1 mostra os valores e previsões para a produção mundial entre 2008 e 2012, ilustra o impacto da recessão global e a subsequente retoma. Timor-Leste tem estado relativamente abrigado da crise, demonstrando um crescimento económico forte e contínuo ao longo do decurso da mesma.

*Figura 3.1 Crescimento Económico Real entre 2008 e 2012*




*Fontes: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças e Actualização do Panorama Económico Mundial do FMI, Junho de 2011. A estimativa para 2010 é preliminar e os valores para 2011 e 2012 são os alvos.*

A inflação global aumentou de 3,5% no último trimestre de 2010, para 4% no primeiro trimestre de 2011, o que supera em 0,25% a projecção do Panorama Económico Mundial do FMI em Abril de 2011. É esperado que a inflação continue constante ou que diminua nos próximos dois anos. Calcula-se que a inflação tenha acelerado principalmente devido aos preços dos bens de consumo superiores ao previsto. O desemprego continua acima dos níveis anteriores à crise, o que coloca desafios económicos e sociais adicionais. É esperado que o desemprego mundial seja de 6% este ano, com o desemprego entre a camada jovem a aumentar significativamente. Os mercados financeiros começaram a regressar ao seu estado anterior à crise em 2010, tendo-se registado uma melhoria das condições financeiras na primeira parte de 2011. Todavia, as condições financeiras globais apresentaram uma maior volatilidade desde finais de Maio de 2011, reflectindo sobretudo questões relacionadas com as economias avançadas na Zona Euro e nos Estados Unidos da América. A extensão da recuperação económica ainda oscila consoante as regiões; a Ásia e a América Latina apresentam um índice de recuperação mais acelerado comparativamente às economias mais avançadas.

## Economias Avançadas

O crescimento nas economias avançadas deverá ser aproximadamente de 2,2% e 2,6% em 2011 e 2012 respectivamente, o que fica aquém do crescimento de 3% registado em 2010. Adicionalmente, é esperado que o crescimento seja mais fraco do que o anteriormente projectado nos EUA e no Japão. O desemprego continua a ser preocupação primordial no mundo avançado, permanecendo na ordem dos 10% na Zona Euro e nos EUA. As economias avançadas foram as mais lesadas com o surto de desemprego em 2010. A volatilidade financeira aumentou desde finais de Maio, reflectindo as preocupações dos mercados sobre os riscos de dívida soberana na Zona Euro e nos EUA, bem como o declínio constante no mercado imobiliário dos EUA. De acrescentar ainda que, em Agosto, a crise da dívida e a redução do *rating* de crédito dos EUA para AA+, conduziu a flutuações nos mercados a nível mundial, com os investidores a recearem a instabilidade do mercado global e uma potencial recessão dupla. Os decisores políticos dos EUA e da Zona Euro necessitam de exercer um esforço adicional no sentido de reduzir os níveis de dívida e reparar os sectores financeiros. Tal deve ser considerado como uma prioridade para garantir o crescimento e a criação de postos de emprego a médio prazo.

## Ásia

O crescimento na Ásia continuou superior ao registado nas outras regiões, prevendo-se que aumente mais de 6% em 2011 e 2012. A região tem registado um forte desempenho ao nível das exportações e da procura doméstica privada, bem como um aumento no crescimento do crédito e nos fluxos de capital. Na maior parte dos países asiáticos, a transição do crescimento impulsionado pelo sector público para o crescimento impulsionado pelo sector privado está a progredir positivamente. A era pós-crise representa um momento oportuno para Timor-Leste aproveitar uma forte procura regional, desenvolvendo e implementando políticas para aumentar as suas exportações. É esperado que o crescimento das economias da ASEAN-5 (Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia e Filipinas) seja de 5,4% em 2011 e 5,7% em 2012, suportado por um forte consumo e por um maior investimento dentro da Indonésia. Após um crescimento rápido de 8,4% em 2010, as projecções de crescimento nas novas economias industrializadas de Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan deverão descer para um nível mais sustentável na ordem dos 5% em 2011 e 2012. A Tabela 3.1 mostra as taxas de crescimento do PIB e as projecções para economias asiáticas seleccionadas.

*Tabela 3.1 Taxas de crescimento real do PIB (%)*

| País | Concreto | | | Projecção | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
| China | 9,6 | 9,2 | 10,3 | 9,6 | 9,5 |
| Austrália | 2,6 | 1,3 | 2,7 | 3,0 | 3,5 |
| Singapura | 1,5 | -0,8 | 14,5 | 5,2 | 4,4 |
| ASEAN-5 | 4,6 | 1,7 | 6,9 | 5,4 | 5,7 |
| Indonésia | 6,0 | 4,6 | 6,1 | 6,2 | 6,5 |
| Vietname | 6,3 | 5,3 | 6,8 | 6,3 | 6,8 |
| Filipinas | 3,7 | 1,1 | 7,3 | 5,0 | 5,0 |
| Tailândia | 2,5 | -2,3 | 7,8 | 4,0 | 4,5 |
| Malásia | 4,7 | -1,7 | 7,2 | 5,5 | 5,2 |
| Timor-Leste | 12,7 | 12,9 | 8,5 | 10,0 | 10,9 |

*Fontes: FMI, Panorama Económico Mundial em Abril de 2011, Actualização do Panorama Económico Mundial em Junho de 2011 e Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças (para Timor-Leste, a estimativa para 2010 é preliminar e os valores para 2011 e 2012 são os alvos).*

A inflação está igualmente a subir na Ásia e o sobreaquecimento torna-se uma preocupação, o que é usual verificar-se quando a procura excede as capacidades de produção. Consequentemente, a contracção das políticas macroeconómicas tornou-se um tópico de relevo na Ásia. A inflação continua a ser um problema em Timor-Leste, dado que os principais parceiros comerciais/fornecedores do país localizam-se maioritariamente na Região da Ásia, onde as pressões inflacionárias são fortes.

## Países Emergentes e em Vias de Desenvolvimento

Prevê-se que o crescimento das economias emergentes e em vias de desenvolvimento seja de 6,5% em 2011-12, sendo que em muitas economias emergentes fora da Europa Central e de Leste, o desemprego está abaixo dos níveis anteriores à crise. O sobreaquecimento tem sido uma preocupação, dado que as pressões inflacionárias são elevadas. A inflação total está acima dos 6%, o que é quase 1% superior ao valor registado em Janeiro de 2010. Com os preços dos produtos alimentares e da energia a subirem, os riscos de uma espiral inflacionária são mais elevados do que no mundo emergente, uma vez que despendem uma maior percentagem dos seus rendimentos em produtos alimentares e energia. Durante o mesmo período, a inflação base subiu dos 2% para quase 4%. O crescimento do crédito está também a expandir-se rapidamente em mercados emergentes. O Brasil, a Colômbia, a Índia, a Indonésia e a Turquia registaram crescimentos de crédito entre 10 e 20%. O FMI anunciou que é fundamental uma protecção contra potenciais surtos de crédito e pressões inflacionárias.

## Preços Mundiais

O principal impacto da actividade económica mundial em Timor-Leste verifica-se ao nível da alteração dos preços do petróleo, o que consequentemente afecta as receitas petrolíferas. Contudo, recorrendo-se à poupança da maior parte das receitas petrolíferas e do gasto através do mecanismo de Rendimento Sustentável Estimado (RSE), a economia doméstica está amplamente protegida contra as flutuações a curto prazo nos preços do petróleo. Assim sendo e devido ao mecanismo do Orçamento do Estado, a mudança dos preços do petróleo não surte qualquer impacto a curto prazo na economia doméstica, porém, os preços têm impacto na proporção da riqueza petrolífera da nação. Em meados de 2008, o preço mundial do petróleo caiu de mais de 140 dólares por barril para apenas 40 dólares em finais de 2008, sendo que até 2010, os preços do petróleo subiram e estabilizaram na ordem dos 70 a 80 dólares por barril. Na primeira metade de 2011, os preços do petróleo subiram e permanecem elevados comparativamente com 2010. Em Abril, o petróleo disparou para quase 120 dólares por barril, todavia, actualmente, parece ter estabilizado nos 90 a 100 dólares por barril. Os factores que provavelmente influenciam a subida dos preços são a inquietação no Médio Oriente e no Norte de África desde Janeiro de 2011, e a procura acima do previsto de petróleo na segunda metade de 2010. A secção seguinte sobre o Sector do Petróleo contém uma descrição mais detalhada do impacto dos preços do petróleo na riqueza petrolífera de Timor-Leste e dos fluxos de receitas petrolíferas previstos.

Além do petróleo, outras matérias-primas têm registado um aumento de preço. O Índice de Alimentos e Bebidas do FMI registou aumentos assinaláveis a partir de Junho de 2010, tendo os preços atingido o seu pico em Abril de 2011. Actualmente, estes estão a descer, porém permanecem a um valor mais elevado comparativamente ao ano anterior. Será importante que os preços continuem a descer à medida que o mercado de produtos alimentares recupera dos danos causados pelas condições climatéricas adversas registadas em 2010. Sendo Timor-Leste um país importador, o impacto do aumento dos preços globais dos produtos alimentares

causa preocupação e os efeitos podem ser sentidos em todo o território, sobretudo em Díli (ver secção em baixo sobre inflação). Isto não é surpresa, uma vez que os Alimentos e Bebidas são os bens que mais pesam no cálculo do IPC de Timor-Leste[1].

## Economia Doméstica: PIB não petrolífero

As Tabelas 3.2 a 3.4 mostram que, desde 2006, quando os distúrbios destruíram parte da economia, o crescimento da produção recuperou, conseguindo valores com dois dígitos entre 2007 e 2010. O crescimento tem sido impulsionado sobretudo por gastos do sector público, os quais estimulam a procura e a oferta na economia, contribuindo para taxas de crescimento impressionantes no sector privado. A indústria e os serviços do sector privado representam actualmente 201 milhões de dólares do PIB nominal total, contudo a sua percentagem a nível do PIB real permanece essencialmente constante nos 33%. O sector público tem a maior percentagem de PIB real não petrolífero, sendo que esta percentagem vem a aumentar de forma contínua desde 2002.

*Tabela 3.2 Percentagens Sectoriais no PIB real não petrolífero*

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PIB real não petr., excl. ONU** | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| ***Incluindo ONU*** | 123% | 115% | 110% | 106% | 109% | 118% | 117% | 113% | 111% |
| Agricultura | 35% | 34% | 35% | 35% | 37% | 32% | 32% | 32% | 28% |
| Indústria e Serviços | 35% | 35% | 34% | 33% | 30% | 32% | 32% | 31% | 33% |
| Sector Público, excl. ONU | 30% | 31% | 31% | 32% | 33% | 36% | 36% | 37% | 39% |
| **Nações Unidas** | 23% | 15% | 10% | 6% | 9% | 18% | 17% | 13% | 11% |

*Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças. Os dados para 2010 são preliminares*

O crescimento do PIB real em 2010 está estimado numa taxa preliminar de 8,5%. Embora esta seja uma taxa de crescimento económico alta a nível internacional, fica aquém da taxa de crescimento em 2009, devido sobretudo à contracção no sector agrícola, especialmente do subsector dos alimentos, provocada por chuvas fora de época que danificaram as colheitas. A produção do arroz foi particularmente lesada devido às condições climatéricas, tendo provavelmente a escassez do mesmo contribuído para o aumento dos preços do arroz com produção local. Em 2010, as expectativas elevadas para a produção de café foram despedaçadas pelas chuvas e, embora se tenha registado um crescimento neste sector em 2009, não correspondeu ao previsto.

A expansão da indústria e serviços do sector privado em 2010 continuou a níveis semelhantes aos registados nos 3 anos anteriores (12,3%), com a construção, comunicações e serviços privados a apresentarem as taxas de crescimento mais elevadas. Aparentemente verificou-se um crescimento impressionante na actividade de construção privada, com o número de empresas activas em 2010 a ser quase 5 vezes superior ao número existente em 2009. Pensa-se que grande parte desta actividade seja impulsionada por contratos de construção provenientes do sector público. Embora os dados a nível de produção não sejam especialmente fiáveis, parte-se do pressuposto que o crescimento acentuado na construção terá conduzido ao aumento da procura (e por conseguinte da produção) de materiais de construção neste mesmo sector, particularmente no que diz respeito a materiais não comercializáveis e não passíveis a substituição por importações.

[1] *Todas as informações na secção do Panorama Económico Mundial foram retiradas do Panorama Económico Mundial do FMI em Abril de 2011, Actualização do Panorama Económico Mundial do FMI Junho de 2011, e artigo da BBC, "Os decisores políticos precisam agir para evitar a recessão."*

*Tabela 3.3 PIB nominal não petrolífero, excluindo ONU, Milhões de dólares*

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PIB não petr., excl. ONU** | 267,6 | 276,6 | 290,9 | 312,4 | 307,5 | 362,6 | 459,7 | 578,5 | 653,8 |
| **Agricultura** | 95,9 | 97,7 | 104,0 | 111,8 | 116,7 | 105,9 | 126,9 | 153,1 | 151,1 |
| **Indústria e Serviços** | 92,1 | 96,6 | 98,2 | 101,6 | 90,5 | 113,7 | 146,0 | 174,0 | 200,7 |
| **Sector Público, excl. ONU** | 79,6 | 82,4 | 88,7 | 99,0 | 100,2 | 143,0 | 186,9 | 251,3 | 302,1 |

*Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças. Os dados para 2010 são preliminares.*

*Tabela 3.4 Taxas de Crescimento Real do PIB (%)*

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **PIB real não petr., excl. ONU** | 2,1 | -0,1 | 4,4 | 6,5 | -5,9 | 8,8 | 12,7 | 12,9 | 8,5 |
| **Agricultura** | 3,1 | -2,5 | 6,2 | 6,4 | -0,1 | -5,4 | 13,4 | 12,6 | -4,7 |
| **Indústria e Serviços** | 1,6 | 0,0 | 2,1 | 2,6 | -14,6 | 15,5 | 13,0 | 11,0 | 12,3 |
| **Sector Público, excl. ONU** | 1,7 | 2,3 | 5,0 | 10,8 | -3,1 | 18,5 | 11,7 | 15,0 | 16,8 |

*Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças. Os dados para 2010 são preliminares. As taxas de crescimento da Indústria e Serviços e taxas de crescimento globais de 2007 a 2009 diferem das estimativas anteriores, devido à disponibilização de novos históricos de dados relativos ao Sector dos Transportes.*

Analisando a estimativa para 2011, é esperado que o sector dos produtos alimentares tenha uma forte recuperação em 2011. Todavia, as árvores de café que têm um bom ano a cada dois anos, não deverão produzir grandes quantidades de grãos de café em 2011. O crescimento da actividade da indústria e serviços do sector privado deverá continuar a ser forte, havendo a expectativa que os investidores aumentem os seus investimentos devido às melhorias substanciais antecipadas a nível das infra-estruturas e que, actualmente, se encontram em curso.

A cobrança de receitas em 2011 até ao presente momento, indicam níveis elevados de actividade na área da construção em 2011 e um igual aumento das importações, em parte relacionadas com os recursos para assegurar a viabilidade de uma economia em rápido crescimento.

## Despesas do Governo

Em 2010, as despesas do Governo atingiram um recorde de 758,7 milhões de dólares, com uma taxa de execução de 91%, excedendo os anos anteriores. As despesas recorrentes representaram 66,6% das despesas de 2010, com as despesas de capital a ocuparem uma percentagem de 33,4%.

Esta estrutura de despesa é semelhante à utilizada em 2009. Em 2011, devido à introdução do Fundo de Infra-Estruturas, as despesas com o capital e desenvolvimento representaram uma maior percentagem das despesas do Governo, com as despesas de capital projectadas a representarem 55% do orçamento para 2011. Até ao final de Julho de 2011, com base em dados ainda não auditados, as taxas de execução preliminares foram de 41,5%.

*Tabela 3.5 Despesas de Todo o Governo (milhões de dólares), incluindo Instituições Autónomas*

| | 2003/04 | 2004/05 | 2005/06 | 2006/07 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | Execução 2011 a 31 Julho | Orçam. 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas Totais | 70,4 | 70,3 | 93,7 | 170,5 | 97,2 | 483,9 | 603,6 | 758,7 | 542,2 | 1.306,0 |
| Despesas Recorrentes | 59,1 | 60,0 | 71,2 | 139,5 | 63,1 | 356,0 | 394,3 | 505,0 | 230,6 | 588,4 |
| Salários e Vencimentos | 23,1 | 24,8 | 26,1 | 33,8 | 17,4 | 50,3 | 87,3 | 91,5 | 54,4 | 116,8 |
| Bens e Serviços | 36,0 | 35,2 | 45,1 | 93,9 | 37,1 | 221,4 | 212,8 | 245,1 | 108,9 | 294,1 |
| Transferências | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 11,8 | 8,6 | 84,3 | 94,2 | 168,4 | 67,2 | 177,5 |
| Despesas de Capital | 11,3 | 10,3 | 22,5 | 31,0 | 34,1 | 127,9 | 209,3 | 253,7 | 311,6 | 717,6 |
| Capital menor | Distribuição Desconhecida | | | 9,3 | 0,7 | 41,4 | 38,5 | 38,1 | 2,7 | 29,3 |
| Capital de Desenv, e Maior | | | | 11,7 | 0,7 | 86,5 | 170,8 | 215,6 | 308,9 | 688,3 |
| Transferências de Capital | 0,4 | 0,0 | 10,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Transp. Cap. Não Afectados | 7,3 | 8,4 | 8,3 | 10,0 | 32,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |

*Fonte: Direcção do Tesouro, Ministério das Finanças. Os dados de execução para 2011 são preliminares, ainda não foram auditados e estão assim sujeitos a alterações. Devem ser vistos apenas como orientações.*

## Receitas Domésticas

Num panorama geral, é esperado que as receitas domésticas atinjam os 110,7 milhões de dólares em 2011, aumentando, assim, relativamente aos 96,4 milhões em 2010. Estes números indicam uma taxa de crescimento de 14,8% significativamente superior aos 6,2% registados no ano transacto. De salientar que ambas as taxas de crescimento foram limitadas por quedas nas receitas resultantes do programa de subsídio do arroz. Este, como medida temporária, foi reduzido.

Em termos das categorias de receitas individuais, os impostos directos deverão evidenciar um forte crescimento em 2011, devido sobretudo ao aumento das receitas de imposto de retenção na fonte, derivando de maiores despesas de capital por parte do governo. Os impostos indirectos devem também apresentar um forte crescimento, sobretudo em consequência das melhorias na administração das alfândegas e do aumento nas importações e do nível preços. A EDTL detém a liderança em termos de receitas entre as Instituições Autónomas, em resultado dos constantes progressos a nível de procedimentos e término do primeiro ano completo com tarifas revistas.

**Tabela 3.6 Receitas Domésticas ($´m)**

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 Est. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas Domésticas** | **24.6** | **29.6** | **39.9** | **43.0** | **44.3** | **27.0** | **69.4** | **90.8** | **96.4** | **110.7** |
| Impostos Directos | 5.3 | 6.0 | 8.7 | 9.8 | 10.1 | 6.6 | 19.1 | 13.3 | 18.2 | 22.3 |
| Impostos Indirectos | 12.2 | 14.9 | 18.6 | 17.5 | 17.7 | 14.1 | 19.3 | 30.3 | 31.9 | 42.6 |
| Taxas de Utilizadores e Encargos | 2.2 | 3.2 | 4.4 | 4.2 | 4.3 | 2.6 | 5.0 | 16.4 | 19.7 | 16.5 |
| Instituições Autónomas | 4.7 | 5.3 | 6.8 | 7.6 | 7.0 | 3.9 | 7.7 | 10.2 | 13.7 | 19.2 |
| Juros | 0.2 | 0.2 | 1.4 | 3.9 | 5.2 | 3.1 | 1.6 | 0.3 | 0.1 | 0.1 |
| Vendas de Arroz | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 16.8 | 20.4 | 12.6 | 10.0 |

**Fonte: Direccção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011. Os totais apurados de um ano civil são calculados reorrendo-se à média de dois anos fiscais quando requerido.**

## Receitas Petrolíferas

Os principais factores que influenciam o fluxo de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Em 2011, o *preço do petróleo* está estimado em 88 dólares por barril, apresentando uma subida de 20 dólares relativamente ao previsto no orçamento do ano transacto. A estimativa revista para 2011 tem em consideração os desenvolvimentos

concretos nos 7 meses até Julho e as previsões da EIA para o restante ano. As previsões revistas para 2012 e 2013 são também ligeiramente superiores às estimativas anteriores, porém revertem de seguida para valores essencialmente idênticos à média utilizada para o Orçamento para 2011. As alterações de preços aumentam o RSE de 2012 para 21 milhões de dólares, em especial consequência do aumento dos preços em 2011, 2012 e 2013.

A previsão de *produção* de líquidos do Bayu Undan (condensado e GPL) é significativamente revista em baixa comparativamente com os cálculos do RSE do ano transacto, considerando-se a experiência operacional recentemente adquirida e os resultados assimilados da Segunda Fase de Perfuração de 2010, o que reduz o RSE para 69 milhões de dólares em 2012. A previsão do GNL é igualmente revista em baixa, o que causa uma diminuição de 20 milhões de dólares no RSE em 2012.

Verifica-se um aumento significativo na estimativa dos *custos* no Bayu Undan, tanto a montante como a jusante. O total de custos é cerca de 40% superior à previsão do ano transacto. A alteração na previsão de custos reduz o RSE de 2012 em 36 milhões de dólares.

Com base nestes pressupostos é esperado que as receitas petrolíferas atinjam o seu pico em 2011, com um valor de 2,5 mil milhões de dólares, descendo gradualmente a partir de 2012. Não obstante da redução nos fluxos de entrada e do aumento dos levantamentos em comparação com os cálculos orçamentais do ano transacto, em finais de 2010, prevê-se que o saldo do Fundo Petrolífero aumente de 6,9 mil milhões de dólares para 8,7 mil milhões em finais de 2011, 9,2 mil milhões em finais de 2012 e 11,3 mil milhões em finais de 2016.

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero foram aprovadas pelo Parlamento a 23 de Agosto de 2011. As alterações assentam sobretudo em dois princípios centrais: boa governação e diversificação. No que diz respeito à *governação*, o Fundo Petrolífero de Timor-Leste é reconhecido internacionalmente pelos seus padrões elevados de transparência e de responsabilização. Esta Lei Fundo Petrolífero vem reforçar este quadro de governação já de si forte, consolidando a separação dos poderes e os requisitos de qualificações técnicas na gestão do Fundo.

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero declaram que o objectivo da política de investimento é maximizar o retorno ajustado aos riscos. Uma condição necessária para atingir este objectivo é o emprego do princípio da *diversificação*. A diversificação diz respeito à atenuação dos riscos e da volatilidade, investindo em diferentes classes de aplicações ao invés de optar pela concentração numa só classe. Até ao momento, o retorno real dos investimentos do Fundo (sobretudo títulos) tem sido de apenas 2%. Concomitantemente, a política fiscal assenta num Rendimento Sustentável Estimado (RSE) a longo prazo da riqueza petrolífera de 3%. Permitindo-se que até 50% dos activos do Fundo sejam investidos em acções, deverá facultar uma probabilidade razoável de conseguir um retorno real de 3% ao longo do tempo, alinhando mais acuradamente a política de investimento do Fundo Petrolífero com a directiva de despesas orçamentais do RSE.

## Inflação Doméstica

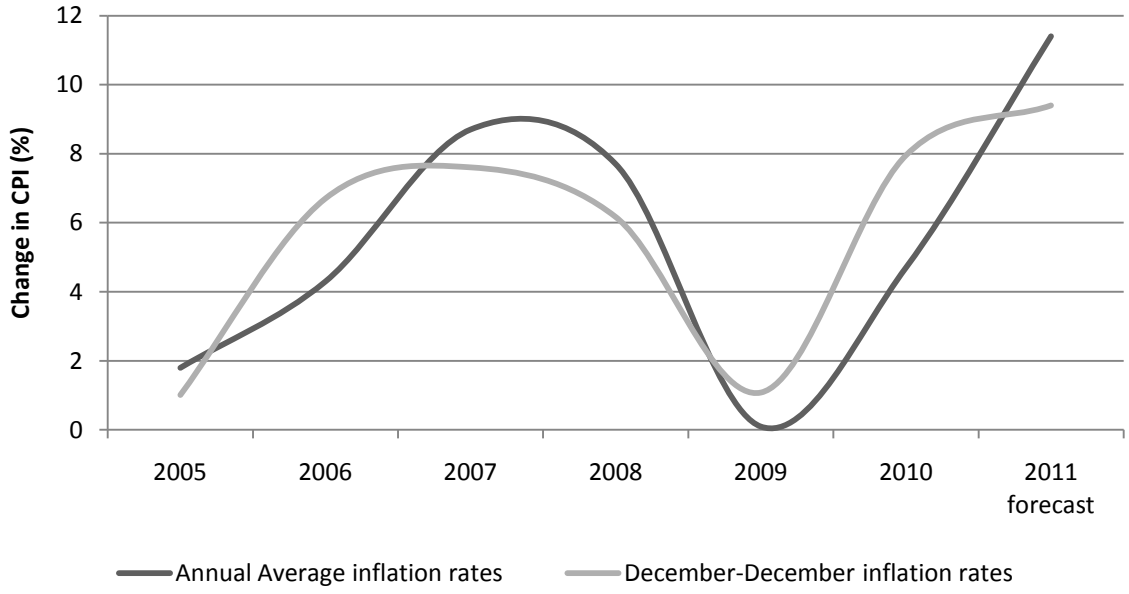
A inflação geral em Timor-Leste foi de 8% (Dezembro a Dezembro) em 2010, comparativamente com 9,2% em Díli. No último período de 2010 e em 2011, a inflação doméstica atingiu os dois dígitos, com preços em Junho de 2011 superiores em 12,4% aos registados em Junho de 2010, conforme o medido pela alteração no Índice de Preços ao

Consumidor[2] (IPC). Os principais itens que impulsionam os aumentos de preços em Timor-Leste são alimentos e bebidas, vestuário e calçado, e transportes, com os custos de construção de habitações a registarem aumentos igualmente significativos ao longo deste período. Os aumentos dos preços a nível internacional, em especial de alimentos e combustível, explicam grande parte da inflação. Este impacto é ainda agravado pela depreciação do dólar americano relativamente às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, em especial o dólar australiano, tornando assim as importações mais dispendiosas.

Os dados mostram que o preço do arroz produzido a nível local aumentou nos últimos meses, o que terá um impacto considerável no IPC, uma vez que este tem um peso relativamente forte no IPC. A subida súbita do seu preço deve-se, em parte, às chuvas fora de época que danificaram a produção de arroz em 2010, juntamente com a redução do arroz importado subsidiado pelo Governo. Tal é benéfico para os produtores de arroz e agricultores, os quais podem usufruir dos preços mais elevados do arroz para fomentar a produção, os seus lucros e diminuir a dependência das importações. Deste modo, o aumento no preço do arroz deverá unicamente ser temporário, uma vez que a produção doméstica de arroz irá aumentar.

É provável que a política fiscal expansionista tenha aumentado a procura doméstica e desempenhado um papel no incremento dos preços de alguns itens. Historicamente, a análise evidência que a correlação é mais forte entre o IPC de Timor-Leste e as despesas recorrentes (sobretudo salários e vencimentos) do que entre o IPC e as despesas totais. Tal análise é coerente, dado que uma maior proporção das despesas recorrentes (comparativamente com despesas de capital) deverá surtir efeito directamente na economia doméstica. Contudo, o recente impulso na actividade de construção civil pública e privada exerce, provavelmente, uma pressão nos preços dos materiais de construção. O índice de preços relativo aos materiais de construção de habitações em Díli, em Junho de 2011, foi 11,2% superior ao registado em Junho de 2010. Uma análise minuciosa destes preços mostra que, entre 2006 e 2010, a média dos preços dos materiais adquiridos a nível doméstico subiu 60%, comparativamente com uma subida média (não ponderada) de 36% de materiais importados.

*Figura 3.2 Alterações percentuais no Índice de Preços ao Consumidor 2005-2011*



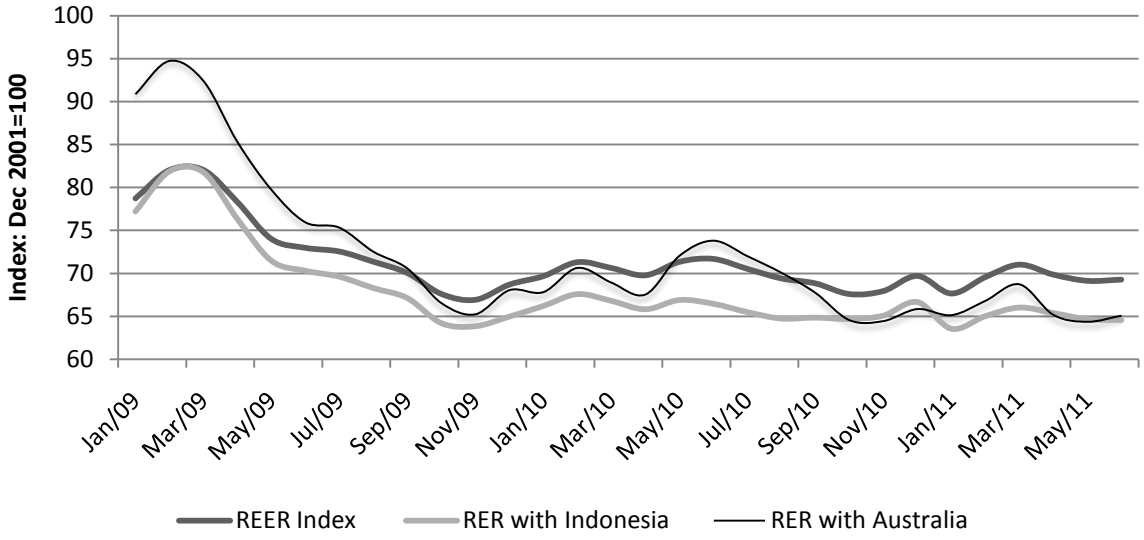

*Fontes: Direcção de Estatística e Direcção de Macroeconomia, 2011.*

[2] *O IPC é medido pela Direcção Nacional de Estatística.*

Desde Abril de 2011, as subidas mensais do preço do arroz têm abrandado ou apresentado um saldo negativas, sugerindo que a inflação acelerada pode ter terminado. As taxas de inflação anual continuarão elevadas até Outubro de 2011 (uma vez que irão incluir os aumentos de preços registados nos últimos meses), sendo que a partir desse período deverão cair para um só algarismo. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) visa taxas de inflação com um só dígito, com uma inflação a longo prazo na ordem dos 4 a 6%. O Governo encontra-se a analisar detalhadamente as recentes taxas de inflação elevadas e, embora os aumentos internacionais no preço das matérias-primas e a política monetária internacional não estejam sob o controlo do Governo, o PED compromete-se a concentrar as despesas (recorrentes e de capital) com foco na dinamização da capacidade da oferta da economia, de modo a reduzir as pressões inflacionárias. Os custos com infra-estruturas estratégicas e com o desenvolvimento de recursos humanos, permitirão reduzir os congestionamentos na indústria e no comércio e facilitarão um aumento na prestação de bens e serviços, garantindo os preços a baixo nível. A curto prazo, a intervenção do Governo na área agrícola, através do PED, envolverá a implementação de iniciativas para dinamizar a produção local de arroz e, consequentemente, aumentar a oferta e baixar os preços do arroz.

A Figura 3.3 apresenta a evolução da taxa de câmbio efectiva real (TCER) entre o dólar americano e as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. É igualmente indicada a taxa de câmbio real entre o dólar americano e as moedas da Austrália e da Indonésia. Ao longo de 2009, observou-se uma depreciação real, o que significa que as exportações de Timor-Leste tem um carácter mais competitivos nos mercados externos, mas que as importações são mais dispendiosas. De 2010 a meados de 2011, a TCER permaneceu relativamente estável, devido ao facto do dólar americano registar uma queda acentuada, mas, simultaneamente, Timor-Leste registou uma inflação elevada em comparação a outros países. Estes dois factores são empregues no cálculo da TCER e funcionam em direcções opostas, com a depreciação a tornar as exportações relativamente acessíveis nos mercados internacionais, mas com a inflação doméstica a conduzir a um aumento dos preços das exportações (que actualmente são sobretudo café).

*Figura 3.3 Taxa de Câmbio Efectiva Real, Timor-Leste*




*Fonte: Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, 2011.*

**Emprego**

A publicação do Estudo da Força Laboral por parte da Direcção Nacional de Estatística e da SEFOPE, transmitiu aos decisores políticos uma perspectiva geral das estruturas de emprego em Timor-Leste. Os resultados indicam que Díli é o principal distrito em termos de actividade económica, com rendimentos mais elevados e com uma organização formal de empregabilidade mais disseminada. Não obstante da sua importância, o número de pessoas classificadas como tendo empregos vulneráveis é mais profícuo que a taxa de desemprego, uma vez que possivelmente abrange os indivíduos sem um vínculo de trabalho formal ou segurança em a nível salarial ou de emprego. Estima-se que 70% da força laboral tenha empregos vulneráveis, com 42% da população urbana a enquadrar-se nesta categoria em comparação com 80% da população rural.

Com o intuito de, a curto prazo, colmatar esta lacuna de postos de trabalho no sector formal, o Governo de Timor-Leste tem procurado facultar empregos para trabalhadores não qualificados através de projectos de infra-estruturas, procedendo-se ao estabelecimento de cerca de 66.485 postos de trabalho 'equivalentes a tempo inteiro'[3] em 2010. Estes projectos são maioritariamente projectos de infra-estruturas de pequena dimensão em áreas rurais, os quais terão estimulado o crescimento económico e a criação de postos de trabalho nos distritos. Abordando a questão do emprego a médio e longo prazo, o Governo lançou o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano com o intuito de conceder formações e bolsas de estudo a timorenses com capacidade reconhecida para tal. Tal possibilita a qualificação dos funcionários timorenses para o desempenho de funções de assalariados internacionais e assumirem novos postos de trabalho criados com a expansão da economia.

A nível rural, a esmagadora maioria de agricultores estão classificados como tendo empregos vulneráveis. As actividades agrícolas e piscatórias são as principais fontes de rendimentos para a população de Timor-Leste. A fim de melhorar as condições de emprego para os trabalhadores agrícolas, a política do Governo, em consonância com o PED, está a incidir no desenvolvimento do sector da comercialização agrícola com o propósito de aumentar os rendimentos e as condições de trabalho de uma população rural relativamente numerosa. A política visa igualmente promover a expansão de sectores estratégicos da indústria e serviços em áreas rurais e encorajar o crescimento de pequenos e micro negócios. Será prestado apoio na actualização de centros de formação licenciados em Timor-Leste, com programas de estudo adaptados às necessidades da indústria.

## Pobreza e ODMs

Define-se que uma família é pobre, se o consumo per capita se situar abaixo da linha de pobreza das 'necessidades básicas'. Os indivíduos que vivem abaixo da linha de pobreza são assim incapazes de comprar 2.100 calorias por dia e satisfazer necessidades básicas não alimentares. Um estudo de 2007[4] estimou que 49,9% da população vivia abaixo da linha da pobreza. Todavia, em 2010, o relatório do Banco Mundial reportou que, em 2009, 41% da população vivia abaixo da linha da pobreza[5]. Esta diminuição de quase 9 pontos percentuais deve-se, em parte, à maior taxa de crescimento económico real desde 2007 e a programas de transferência social, tais como, pensões para idosos e veteranos e programas de trabalho por

[3] *Os empregos equivalentes a tempo inteiro (ETI) definem que 240 dias de calendário constituem um emprego a tempo inteiro. Na realidade, a maior parte dos trabalhadores não qualificados não trabalha um ano inteiro, o que significa que um número consideravelmente superior de pessoas terá encontrado um emprego de menor duração (menos de um ano) através de projectos de criação de emprego em infra-estruturas em comparação com o número estimado de empregos ETI.*

[4] *Timor-Leste, Pobreza numa Nação Jovem, 2008, Direcção Nacional de Estatística.*

[5] *Os métodos do Banco Mundial garantem compatibilidade entre as estimativas de 2007 e de 2009. Detalhes do Banco Mundial sobre Pobreza, 2010*

dinheiro que contribuíram para o aumento do consumo privado. De momento, não há uma estimativa comparável para 2010, porém, é provável que taxas elevadas de crescimento económico continuado tenham retirado mais pessoas da pobreza. Todavia, as taxas de inflação elevadas reduzem o poder de compra da população pobre no concerne à aquisição de alimentos para satisfazer as necessidades básicas e outras necessidades básicas não alimentares.

## Perspectivas a Curto a Médio Prazo (de 2012 a 2016)

À medida que o Governo inicia a implementação do PED, Timor-Leste prepara-se para ver melhorias rápidas ao nível das infra-estruturas físicas, com uma nova central eléctrica, esforços em grande escala para melhorar estradas, aeroportos e portos marítimos. Embora os benefícios em termos de maior investimento privado e produção económica, possam levar alguns anos a ser sentidos, os alicerces começarão a ser estabelecidos dentro de curto prazo. O investimento em capital físico e capital humano e as reformas estratégicas do Governo incidirão nos sectores da agricultura, turismo e petróleo, os quais são considerados como as áreas fundamentais que irão impulsionar o crescimento sustentável no futuro.

É esperado que a actividade agrícola comece a registar alterações estruturais e, consequentemente, a afastar-se do cultivo de subsistência e dando mais ênfase ao desenvolvimento da comercialização agrícola e de pequenos proprietários. Existem igualmente planos para apoiar programas de investigação, desenvolvimento e disseminação da produção agrícola de Timor-Leste, bem como para a melhoria e expansão dos sistemas de irrigação. No seguimento destas acções e reformas políticas, até 2015 Timor-Leste deve registar aumentos acentuados na produção de arroz e milho, com um Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Timor-Leste a planear um investimento adicional em programas de investigação e disseminação. Terá sido criado um esquema de irrigação e haverá mais investimento de capital em colheitas comerciais.

O petróleo é a espinha dorsal da economia, pelo que o desenvolvimento deste sector estratégico é considerado fundamental para um maior desenvolvimento do país. Uma prioridade imediata é o estabelecimento de uma Companhia Nacional de Petróleo, a qual deverá ajudar na transparência das receitas e encorajar a inclusão da população local na exploração deste sector. Adicionalmente, na costa sul de Suai a Beaco serão desenvolvidos três agrupamentos industriais por via da implementação do Projecto Tasi Mane. Até 2015, o PED pretende ter concluída a construção do Porto de Suai, ter reabilitado o aeroporto de Suai e ter em curso a refinaria e outras partes do projecto Tasi Mane.

O turismo poderá vir a ter uma expansão rápida a médio prazo, no seguimento de reformas estruturais e da prioridade atribuída pelo PED. O sector do Turismo e dos Serviços registou um maior aumento em termos de crédito privado no ano até Março de 2011. O PED destaca 3 zonas principais em Timor-Leste (no Leste, Centro e Oeste) para receberem atenção especial no desenvolvimento da indústria do turismo. Até 2015, o PED explica que as infra-estruturas essenciais do turismo terão sido construídas ou melhoradas (incluindo o aeroporto de Díli, aeroportos regionais e estradas principais), que terá sido estabelecido um centro de formação em turismo, que terão sido criados pacotes turísticos para cada zona e que terão sido estabelecidos centros de informação a turistas em Díli, Lospalos, e Baucau.

# Parte 4: Despesas

## Introdução

A tabela 4.1 mostra o orçamento de fontes combinadas para 2010 e 2016. Está previsto que os gastos com o Fundo de Infra-estruturas aumentem para 746,2 milhões em 2012. Estes gastos estão em linha com o compromisso do Governo, conforme indicado no PED, de construir infra-estruturas essenciais, e deverão contribuir para um desenvolvimento económico sustentado. O plano de gastos do Fundo das Infra-Estruturas e os gastos com infra-estruturas atráves de empréstimos são mostrados até 2015, com uma prudente assunção de 4% de aumento em 2016. Prevê-se que a despesa com o FDCH aumente para 30 milhões de dólares em 2012. Esta despesa pagará a formação e capacitação na gestão do sector público, educação e em outros sectores estratégicos essenciais para a promoção do crescimento económico e da competitividade internacional. Os gastos do FCTL irão aumentar em 2012, devido sobretudo a fundos para a Companhia de Investimento de Timor-Leste (CITL). Os custos com o novo estatuto da carreira docente e o maior orçamento destinado a combustível para geradores também contribuem para aumentar os gastos do FCTL. Os compromissos dos parceiros de desenvolvimento estão actualmente estimados em 188,9 milhões de dólares em 2012.

*Tabela 4.1 O Orçamento de Fontes Combinadas em milhões de dólares*

| | 2010Act | 2011Orc | 2012Orc | 2013Orc | 2014Orc | 2015Orc | 2016Orc |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Orçamento de Fontes Combinadas** | **1.022,6** | **1.578,8** | **1.952,3** | **1.932,2** | **1.926,8** | **1.569,3** | **1.564,1** |
| *Despesas do Governo por Fundos* | *758,7* | *1.306,0* | *1.763,4* | *1.803,4* | *1.854,8* | *1.505,7* | *1.564,1* |
| FCTL | 758,7 | 681,7 | 954,1 | 784,2 | 815,6 | 848,2 | 882,2 |
| FDCH | 0,0 | 25,0 | 30,0 | 35,0 | 40,0 | 45,0 | 45,0 |
| Fundo das Infra-Estruturas | 0,0 | 599,3 | 746,2 | 904,0 | 918,2 | 509,6 | 457,0 |
| Despesas de Infra-Estruturas por empréstimos | 0,0 | 0,0 | 33,1 | 80,2 | 81,1 | 102,8 | 180,0 |
| *Compromissos dos Parceiros* | *263,9* | *272,8* | *188,9* | *128,8* | *72,0* | *63,7* | *0,0* |

*Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e Direcção Nacional de Eficácia da Ajuda, 2011.*

A Tabela 4.2 mostra a tabela fiscal consolidada para o Governo em todos os fundos. As despesas recorrentes aumentam 15% para 679 milhões de dólares em 2012 (incluindo o FDCH). Isto deve-se sobretudo a um aumento no orçamento de Bens e Serviços provocado pela orçamentação de despesas superiores no FDCH e relativamente a Bens e Serviços no FCTL. O orçamento de despesas de capital aumentou de 717,6 milhões de dólares em 2011 para 1,1 mil milhões em 2012. A partir de 2012 está orçamentado no FCTL um aumento prudente de 4% nas despesas correntes e de capital (excluindo os fundos do CITL).

*Tabela 4.2 Tabela Fiscal Consolidada em milhões de dólares*

| | 2010ACT | 2011OGE | 2012OGE | 2013OGE | 2014OGE | 2015OGE | 2016OGE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total de despesas** | **758,7** | **1.306,0** | **1.763,4** | **1.803,4** | **1.854,8** | **1.505,7** | **1.564,1** |
| Depesas correntes | *505,0* | *588,4* | *679,0* | *709,9* | *741,9* | *775,0* | *804,2* |
| Despesas de capital | *253,7* | *717,6* | *1.084,4* | *1.093,5* | *1.112,9* | *730,7* | *759,9* |
| **Financiamento** | **758,7** | **1.306,0** | **1.763,4** | **1.803,4** | **1.854,8** | **1.505,7** | **1.564,1** |
| Receitas domésticas | 96,4 | 110,7 | 136,1 | 158,7 | 185,5 | 217,8 | 256,3 |
| Rend Sustentável Estimado (RSE) | 502,0 | 734,0 | 665,3 | 641,2 | 617,1 | 591,4 | 577,1 |
| Transf acima do RSE | 309,0 | 321,0 | 928,9 | 923,3 | 971,2 | 593,6 | 550,7 |
| Uso do saldo em dinheiro | -148,7 | 140,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Empréstimo | 0,0 | 0,0 | 33,1 | 80,2 | 81,1 | 102,8 | 180,0 |
| **Saldo fiscal não petrolífero** | -662,3 | -1.195,3 | -1.627,3 | -1.644,7 | -1.669,4 | -1.287,9 | -1.307,8 |

*Fonte: Ministério das Finanças, 2011. Nota: O défice fiscal não petrolífero é igual às receitas domésticas menos o total de despesas.*

Em 2012 as receitas domésticas serão de 136,1 milhões de dólares e pagarão aproximadamente 7,7% do total das despesas. Prevê-se um crescimento forte das receitas domésticas ao longo dos próximos cinco anos, em resultado de um forte crescimento económico e de melhorias na eficácia da cobrança fiscal. Em 2016, aproximadamente 16,4% do total das despesas serão financiados por 256,3 milhões de dólares de receitas domésticas.

O défice fiscal não petrolífero é igual às receitas domésticas menos o total de despesas. Este défice não petrolífero pode ser interpretado como mostrando o aumento na oferta de dinheiro e na procura agregada causado pelos gastos financiados por levantamentos a partir do Fundo Petrolífero. Défices fiscais não petrolíferos elevados têm potencial para causar inflação e reduzir assim a competitividade internacional de empresas timorenses e o nível de vida dos cidadãos. O Governo, porém, considera que tal situação é pouco provável no caso de Timor-Leste, uma vez que grande parte do aumento nos gastos e no défice fiscal não petrolífero se deve a projectos de infra-estruturas em grande escala tais como a Central Eléctrica e estradas. Estes projectos não aumentam a procura agregada de forma significativa, sendo que por outro lado têm boas possibilidades de aumentar o potencial produtivo da economia. Assim sendo, aumentarão provavelmente o crescimento económico e não a inflação. Os aumentos na despesa corrente financiados por levantamentos a partir do Fundo Petrolífero podem ter um impacto maior na inflação, porém o Governo já está empenhado em ter um crescimento prudente nas despesas recorrentes a médio prazo. Os aumentos são justificados pela implementação do PED nos primeiros cinco anos. Estes aumentos são temporários e voltarão a níveis sustentáveis após a implementação do PED.

A Tabela 4.2 mostra que o défice não petrolífero em 2012 (despesas não cobertas pelas receitas domésticas não petrolíferas) é financiado através de levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE, do Rendimento Sustentável Estimado e de empréstimos. São necessários levantamentos acima do RSE são necessários todos os anos até 2016 para pagar os investimentos a nível de infra-estruturas e de desenvolvimento de capital humano. Estes investimentos contribuirão para um crescimento económico forte e para melhores cobranças de receitas domésticas. A longo prazo o Governo acredita que os aumentos nas receitas domésticas permitirão reduzir a zero os levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE.

A tabela 4.3 mostra as principais previsões económicas (e alvos de crescimento económico) até 2016. O Governo acredita que a sua política de investir em infra-estruturas e desenvolvimento de capital humano contribuirá a médio prazo para um crescimento económico com dois dígitos e para uma inflação moderada.

*Tabela 4.3 Alvos e Previsões Económicos para o período de 2011 a 2016*

| Descrição | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Metas de crescimento económico real (%) | 10,0 | 10,9 | 10,4 | 9,9 | 10,8 | 11,5 |
| Receitas domésticas ($ mil) | 110,7 | 136,1 | 158,7 | 185,5 | 217,8 | 256,3 |
| Receitas Petrolíferas ($ mil) | 2.546,9 | 1.765,8 | 1.564,6 | 1.410,4 | 1.556,6 | 1.596,6 |
| Saldo do Fundo Petrolífero ($ mil) | 8.678,9 | 9.174,8 | 9.514,5 | 9.685,3 | 10.422,1 | 11.285,2 |
| Inflação (*rolling year*, %) | 9,4 | 8,0 | 8,0 | 8,0 | 7,0 | 7,0 |

*Fontes: Direcção de Macroeconomia e Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011.*

## Análise das Despesas

Em 2011 o Ministério das Finanças redigiu análises detalhadas de despesas para o ano financeiro de 2010 e para os primeiros cinco meses de 2011. As conclusões destas análises foram discutidas numa Sessão de Trabalho de Análise da Execução Orçamental em Agosto de 2011, presidida pelo Primeiro-Ministro e difundida em directo na televisão nacional. O foco desta sessão de trabalho consistiu em identificar áreas onde pudessem ser feitas poupanças e em melhorar a eficácia, eficiência e distribuição das despesas do Governo.

A sessão de trabalho e as análises de despesas notaram que as despesas de capital aumentaram de forma acentuada entre 2008 e 2011, impulsionadas por maiores gastos com infra-estruturas, em especial no projecto da Central Eléctrica. Os gastos em infra-estruturas, sobretudo electricidade, são necessários para estimular o crescimento e o desenvolvimento económicos e estão em linha com o PED. Tal como está reflectido no orçamento para 2012, o Governo tenciona continuar a fazer despesas elevadas com infra-estruturas a médio prazo, com as grandes verbas para o projecto de energia a diminuírem até ao final em 2013.

As despesas correntes também aumentaram entre 2008 e 2011. O Governo está empenhado em ter aumentos prudentes nas despesas recorrentes a médio prazo, de forma consistente com uma inflação moderada e com sustentabilidade financeira. Terão porém de haver alguns aumentos nas despesas correntes a médio prazo para manter infra-estruturas construídas recentemente e para pagar o combustível necessário para geradores, à medida que a oferta e a procura de electricidade aumentam.

## Análise das Principais Iniciativas de Reforma em 2011 e 2012

O Governo está empenhado em melhorar a gestão das finanças públicas. Através de uma melhor gestão das finanças públicas o Governo irá aumentar a eficiência e a distribuição das despesas e reduzir os riscos fiduciários. O Governo adaptou o seu programa de reforma da gestão das finanças públicas de acordo com as conclusões dos relatórios de análise das despesas e da Sessão de Trabalho de Análise da Execução Orçamental.

Em princípios de 2011 o Governo lançou o Portal de Transparência. Este portal permite aos cidadãos verem e analisarem as despesas do Governo. Os cidadãos podem usar este portal para responsabilizar o Governo e melhorar a eficiência das despesas. No mês de Agosto o Governo lançou o Portal de Aprovisionamento Electrónico, outra iniciativa que visa garantir

competitividade e o bom uso do dinheiro. Em 2012 o Governo continuará com a implementação de um sistema abrangente de informações integradas de gestão financeira, incluindo gestão de contratos e módulos de aprovisionamento electrónico. Estes módulos deverão melhorar a gestão das finanças públicas e evitar que os ministérios assinem contratos referentes a projectos fora do orçamento. A implementação destes módulos deve igualmente permitir a melhoria da gestão de dinheiro.

Foram igualmente estabelecidas instituições durante 2011 para monitorizar, gerir e implementar o FDCH e o Fundo de Infra-estruturas. O Secretariado dos Grandes Projectos ficou responsável por conduzir uma análise detalhada das submissões feitas ao Fundo de Infra-estruturas. O Conselho de Administração do Fundo de Infra-estruturas (CAFI) foi estabelecido para decidir quais os projectos que deveriam ser incluídos no Fundo de Infra-estruturas com base na sua leitura da análise realizada pelo Secretariado dos Grandes Projectos e do PED. Foi também estabelecida a Agência de Desenvolvimento Nacional para supervisionar a implementação dos projectos, validar o progresso dos projectos e levar a cabo o controlo de qualidade. Foi entretanto estabelecida a Comissão de Aprovisionamento para ajudar no aprovisionamento de projectos de grande escala incluídos no Fundo de Infra-estruturas. O Governo está empenhado em continuar a fortalecer estas instituições e processos a longo prazo.

## Acordos Institucionais para a Formulação, Aprovisionamento e Monitorização de Projectos

O Governo estabeleceu instituições em 2011 para avaliar, aprovisionar e monitorizar projectos no Fundo de Infra-estruturas. Estas instituições devem garantir que os empreiteiros privados prestam ao Governo serviços com uma boa relação qualidade-custo; que os riscos fiduciários a que os fundos estão sujeitos são minimizados e que todos os projectos contribuem para as metas e visões do PED.

Os Ministérios são responsáveis por submeter projectos do Fundo de Infra-estruturas ao Secretariado dos Grandes Projectos, o qual é responsável por realizar uma análise detalhada destas submissões. O Secretariado aconselha igualmente o Conselho de Administração do Fundo de Infra-estruturas (CAFI) a respeito da eventual aprovação ou rejeição de projectos específicos a serem financiados pelo Fundo de Infra-estruturas.

O CAFI foi igualmente estabelecido em 2011. O CAFI analisa o relatório sobre projectos elaborado pelo Secretariado dos Grandes Projectos e decide se um determinado projecto deve ou não ser financiado pelo Fundo de Infra-estruturas.

O Comité de Revisão do Orçamento é responsável por decidir o orçamento global para o Fundo de Infra-estruturas. O Parlamento é responsável por analisar e aprovar todo o Orçamento do Estado, incluindo o Fundo de Infra-estruturas.

Assim que um projecto é aprovado e incluído no Fundo de Infra-estruturas no âmbito do Orçamento do Estado, a Comissão de Aprovisionamento é responsável pelo aprovisionamento de grandes projectos. Isto inclui a emissão de um aviso de aprovisionamento, a avaliação de propostas de diferentes empresas e a recomendação da empresa com a qual deverá ser assinado contrato. A ADN será então responsável pelo controlo de qualidade e pela supervisão da implementação dos contratos.

O CAFI é responsável pela aprovação final de contratos referentes a projectos de valor igual ou inferior a 5 milhões de dólares. O Conselho de Ministros é responsável pela aprovação de contratos de valor superior a 5 milhões. Aquando da conclusão, o Ministério da tutela é responsável pelo funcionamento e manutenção dos projectos de infra-estruturas.

Para alguns projectos podem existir dois ou mais processos interligados de aprovação e aprovisionamento de projectos. Um ministério pode propor um orçamento detalhado para um estudo de concepção e viabilidade de uma estrada e um orçamento aproximado para a sua construção. Este projecto poderá ser aprovado e incluído no Fundo de Infra-estruturas no âmbito do Orçamento do Estado. Após o desenho detalhado de concepção ser realizado o projecto será reavaliado e o seu orçamento será alterado no Orçamento do Estado do próximo ano caso necessário.

## Despesas do FCTL

A Tabela 4.4 mostra o orçamento para o FCTL por categoria. As despesas recorrentes no FCTL aumentam de 563,4 milhões de dólares para 649,0 milhões entre 2011 e 2012, devido sobretudo a um aumento nas despesas com Bens e Serviços. Existe um crescimento moderado nas despesas recorrentes de 4% por ano entre 2012 e 2016. Isto está em linha com o compromisso do PED no que se refere a aumentos prudentes nas despesas recorrentes. As despesas de capital do FCTL aumentam de 118,3 milhões de dólares em 2011 para 305,1 milhões em 2012, dado que 200 milhões vão para a CITL no orçamento para 2012.

*Tabela 4.4 Despesas do CFTL por Categoria de Dotação em milhões de dólares*

| | 2010ACT | 2011OGE | 2012OGE | 2013OGE | 2014OGE | 2015OGE | 2016OGE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total de despesa** | **758,7** | **681,7** | **954,1** | **784,2** | **815,6** | **848,2** | **882,2** |
| *Correntes* | *505,0* | *563,4* | *649,0* | *674,9* | *701,9* | *730,0* | *759,2* |
| Salários e Vencimentos | 91,5 | 116,8 | 140,1 | 145,7 | 151,5 | 157,6 | 163,9 |
| Bens e serviços | 245,1 | 269,1 | 314,7 | 327,3 | 340,4 | 354,0 | 368,2 |
| Transferências Públicas | 168,4 | 177,5 | 194,2 | 202,0 | 210,0 | 218,4 | 227,2 |
| *Capital* | *253,7* | *118,3* | *305,1* | *109,3* | *113,7* | *118,2* | *123,0* |
| Capital Menor | 38,1 | 29,3 | 30,0 | 31,2 | 32,4 | 33,7 | 35,1 |
| Capital de Desenvolvimento | 215,6 | 89,0 | 275,1 | 78,1 | 81,2 | 84,5 | 87,9 |

*Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2011.*

### *Salários e Vencimentos*

As principais decisões políticas na categoria de dotação de Salários e Vencimentos incluem:

- Aumento do orçamento para salários e vencimentos do Ministério da Educação em 2,6 milhões de dólares em face do estatuto da carreira docente. Este estatuto aumenta os vencimentos dos professores com qualificações apropriadas, motivando-os para adquirirem melhores qualificações. Professores mais bem qualificados contribuirão para melhores resultados educacionais em Timor-Leste;

- Com vista a fortalecer o ensino superior foi dotado um orçamento separado em relação ao Ministério da Educação para a UNTL. O aumento nos Salários e Vencimentos da UNTL é de 3,5 milhões de dólares;

- O Governo atribuiu contratos permanentes a funcionários temporários da Função Pública, provocando um aumento no orçamento para Salários e Vencimentos de 17,7 milhões de

dólares em 2011 para 23,2 milhões em 2012, para carreiras especiais, subsídios e novos recrutamentos.

***Bens e Serviços***
O orçamento total para esta categoria é de 314,7 milhões de dólares. Isto representa um aumento significativo em comparação com os 269,1 milhões incluídos no orçamento para 2011. As medidas principais nesta área incluem:

- 87,0 milhões de dólares em 2012 relativos a combustível para geradores no Ministério das Infra-estruturas, incluindo a EDTL. Isto representa um aumento acentuado no orçamento de combustível para geradores, porém este aumento é justificado em face do actual preço internacional do petróleo e do compromisso do Governo em aumentar a oferta de electricidade;

- Em 2012 são orçamentados 2,4 milhões de dólares para a formação profissional de professores. Esta formação irá aumentar a competência e o profissionalismo dos professores, elevando os padrões dos professores e conduzindo os alunos a um melhor nível de ensino no médio a longo prazo;

- Um aumento no item de serviços operacionais do Ministério da Educação de 2,8 milhões de dólares em 2011 para 5,2 milhões em 2012, devido sobretudo a aumentos no orçamento para o programa de merendas escolares. Este aumento é necessário em face dos aumentos nos preços de alimentos registados durante os primeiros 6 meses de 2011;

- Despesas relacionadas com as celebrações do centenário Dom Boaventura e outros dias importantes no valor total de 4 milhões;

- Despesas relacionadas com eleições, num valor total de 14,5 milhões dos quais 8 milhões são para o STAE, 1.5 milhões para a CNE, 4 milhões para a PNTL, 0.5 milhões para as F-FDTL, e 0, 5 milhões de dólares para a RTTL.

***Transferências Públicas***
Está orçamentado que as Transferências Públicas aumentem 9,4% em 2012 comparativamente com 2011. O orçamento total para as Transferências Públicas em 2012 é de 194,2 milhões de dólares. Os principais programas de transferências orçamentados para 2012 são os seguintes:

- 69,9 milhões de dólares no Ministério da Solidariedade Social para pagar subsídios pessoais a veteranos. O pagamento destes benefícios justifica-se pelos valorosos serviços prestados pelos veteranos durante a luta de Timor-Leste pela independência, bem como em face das suas necessidades actuais.

- 32,1 milhões no Ministério da Solidariedade Social para pagar subsídios pessoais de 30 dólares por mês aos cidadãos com mais de 60 anos de idade e com incapacidade comprovada para trabalhar. Aproximadamente 89 mil pessoas beneficiam directamente deste apoio, o que tem ajudado a reduzir a pobreza.

- 6,3 milhões no Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território para o PDL. Este programa fornece pequenas concessões em distritos para a construção e reabilitação de infra-estruturas. Encoraja também o crescimento de pequenas empresas nos distritos e fomenta o crescimento económico.

- 20 milhões de dólares para a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) relativamente a obras de capital com uso intensivo de mão-de-obra para criar emprego nas zonas rurais.

***Capital Menor***

O Governo aumentou o orçamento para Capital Menor de 29,3 milhões de dólares em 2011 para 30,0 milhões em 2012. As principais despesas nesta categoria em 2012:

- 1,4 milhões de dólares no Ministério da Saúde para comprar ambulâncias e 0,5 milhões para equipamento médico para hospitais.

***Capital de Desenvolvimento do FCTL***

A Tabela 4.5 mostra as despesas de Capital de Desenvolvimento do FCTL. O Governo prevê que as despesas de Capital de Desenvolvimento do FCTL aumentem 209% em 2012 comparativamente com 2011, devido aos novos fundos canalizados para a Companhia de Investimento de Timor-Leste (CITL).

*Tabela 4.5 Despesas de Capital de Desenvolvimento do FCTL em milhões de dólares*

| Capital de desenvolvimento | 2011OGE | 2012OGE | 2013OGE | 2014OGE | 2015OGE | 2016OGE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PDD1 Sub-districto,Suco e Aldeia | 15,5 | 33,8 | 35,1 | 36,5 | 38,0 | 39,5 |
| PDD2 Distrito | 28,8 | 18,7 | 19,4 | 20,2 | 21,0 | 21,9 |
| Ministérios/Agências | 44,7 | 222,6 | 23,5 | 24,5 | 25,5 | 26,5 |
| **Total** | **89,0** | **275,1** | **78,1** | **81,2** | **84,5** | **87,9** |

*Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2011*

O PDD1 e o PDD2 financiam o desenvolvimento de infra-estruturas em pequena escala. Em 2012 estes programas irão construir estradas, instalações de educação, abastecimento de água e saneamento e irrigação. Estes programas pretendem também encorajar o crescimento de empresas de construção civil para construir e manter estas infra-estruturas e para contribuir para o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste.

O Governo está empenhado em que os projectos do PDD1 e do PDD2 sejam distribuídos através de Timor-Leste de forma justa e com base nas necessidades. O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território organizou uma série de reuniões com chefes de Suco, cidadãos e líderes comunitários em 2010 a fim de identificar a procura por diferentes tipos de projectos do PDD1 e do PDD2. Estas solicitações foram então desenvolvidas em propostas de projecto mais detalhadas para consideração do Comité de Revisão do Orçamento. Este comité considerou também indicadores de prestação de serviços em cada Suco, retirados do censo de 2010, aquando da decisão dos projectos do PDD1 e PDD2 a financiar. Por exemplo, os sucos nos quais uma percentagem baixa da população tem acesso a água potável tiveram mais possibilidades de receberem financiamento para um projecto de PDD1 ou PDD2 incluído no orçamento do Estado para 2012 relativo a água potável. O livro orçamental 3 discute o PDD1 e o PDD2 de forma mais detalhada.

## Fundo de Infra-estruturas

Para o desenvolvimento e apoio de uma economia moderna e produtiva são necessárias infra-estruturas essenciais que Timor-Leste de momento não possui. O Governo está empenhado em corrigir esta situação por via do desenvolvimento de infra-estruturas de electricidade,

transportes e infra-estruturas de educação. Está igualmente empenhado em melhorar as infra-estruturas na Costa Sul para atrair investimento no sector petrolífero a jusante.

Os projectos de infra-estruturas em grande escala requerem muitas vezes financiamento para mais do que um ano. O Governo estabeleceu o Fundo de Infra-estruturas em 2011 para financiar o desenvolvimento de projectos plurianuais e de grande dimensão (acima de 1 milhão de dólares). Reconhecendo a sua importância, os projectos que contribuem para o desenvolvimento dos ODMs são também financiados através do Fundo de Infra-estruturas.

## Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

Para Timor-Leste se tornar uma nação bem-sucedida, saudável, instruída e segura é necessário investimento nos cidadãos. A construção de recursos humanos é uma prioridade para o Governo. O FDCH é plurianual e foi estabelecido em 2011 para financiar actividades para melhorar o desenvolvimento de capital humano. A tabela 4.6 mostra o orçamento para o FDCH.

*Tabela 4.6 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano em milhões de dólares*

| | 2010act | 2011bud | 2012bud | 2013bud | 2014bud | 2015bud | 2016bud |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| HCDF | 0.0 | 25.0 | 30.0 | 35.0 | 40.0 | 45.0 | 45.0 |

Os objectivos do fundo são os seguintes:

- Financiar a formação e o desenvolvimento de recursos humanos;
- Providenciar uma abordagem coordenada através de todo o Governo;
- Providenciar certeza na negociação e execução de contratos que se estendam para lá de um ano;
- Promover a transparência e a responsabilização através de melhores sistemas de reporte.

As iniciativas específicas no fundo para 2012 incluem:

- 8,3 milhões para o Ministério da Educação
- 2,6 milhões para o Ministério da Saúde
- 4,9 milhões para o Ministério da Justiça

## Companhia de Investimento de Timor-Leste

A Companhia de Investimentos de Timor-Leste (CITL) auxiliará o desenvolvimento de oportunidades de investimento e de crescimento da riqueza nacional, providenciando importantes projectos estratégicos com um foco comercial. A CITL é uma sociedade anónima estabelecida por Decreto-Lei, sendo o Governo de Timor-Leste o único accionista. Além disso, a CITL pode-se envolver em actividades comerciais não contempladas no PDE, bem como constituir-se como um catalisador de investimentos em sectores que não são atraentes para outros investidores. A CITL irá igualmente investir em sectores estratégicos do país, tais como, um cabo de ligação à internet subaquático, entre outros projectos estratégicos

A criação da CITL ajudará o Estado de Timor-Leste a alcançar o objectivo de desenvolver uma economia sustentável e diversificada, transferindo a riqueza do Fundo Petrolífero para uma economia não petrolífera, através do crescimento económico e diversificação de uma economia dependente do petróleo e gás para uma não dependente do petróleo e gás.

A CITL é uma empresa estatal com fins lucrativos semelhante à Temasek em Singapura. É propriedade do Governo, mas funciona numa base imperativamente comercial.

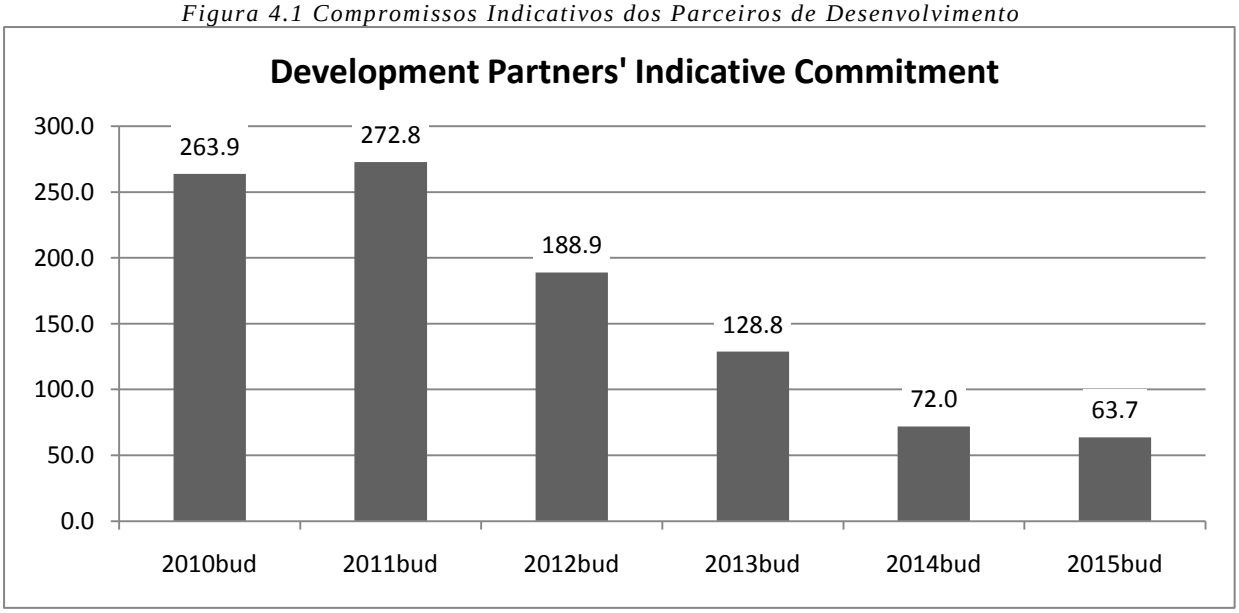
Deste modo a CITL precisa de capitalização para iniciar o seu trabalho. A capitalização da CITL constitui capital inicial para investimentos futuros. Uma vez que não é possível prever antecipadamente todos os investimentos comerciais de que a nação irá precisar, é importante tomar acções decisivas assim que esses investimentos surjam. Os investimentos potenciais previstos para a CITL em 2012 podem consistir nos projectos seguintes:

(1) Projecto de Cabo Subaquático de ligação à internet ao resto do Mundo usando a melhor tecnologia existente em 2012, tornando Timor-Leste o líder mundial em termos de acesso à internet.
(2) *Benchmarking* da qualidade de projectos de turismo (hotéis, etc.), para começar o sector do Turismo (um pilar do SDP) quer através de parceira quer feito por nós.
(3) Torre de escritórios de alta qualidade para garantir que os operadores comerciais não se aproveitam de posições de oligopólio através de rendas de prelos de mercado elevados ao sector privado, incluindo instrumentos do Governo.
(4) Outros investimentos estratégicos tais como acesso de passageiros e fretes a preços justos.
(5) Complexo comercial de elevada qualidade para aproveitar o potencial turístico; Os baixos impostos de Timor-Leste tornam este complexo praticamente *duty free*, com os preços mais baixos da região, competindo com qualquer mercado a nível de turismo de compra de produtos de alta qualidade.

## Parceiros de Desenvolvimento

Os parceiros de desenvolvimento contribuirão com um total de 188,9 milhões de dólares a Timor-Leste em 2012, representando 9,7% do total do orçamento de fontes combinadas. O livro cinco delineia e discute os detalhes destes compromissos.

*Figura 4.1 Compromissos Indicativos dos Parceiros de Desenvolvimento*




*Fonte: Direcção Nacional de Eficácia da Ajuda, 2011. Nota: Os valores para 2011 e 2010 relativos aos compromissos dos parceiros de desenvolvimento representam os últimos dados disponíveis.*

# Parte 5: Receitas

## Introdução

Estima-se que o total de receitas em 2012 seja de 1.90 mil milhões de dólares, com o grosso (1.77 mil milhões) proveniente das receitas petrolíferas e os 136,1 milhões restantes a virem das receitas domésticas.

Para o futuro, e apesar deste domínio contínuo das Receitas Petrolíferas, à medida que a economia cresce e a administração melhora, as Receitas Domésticas irão registar um crescimento robusto e chegar aos 256,3 milhões de dólares em 2016. Enquanto percentagem do Total de Receitas, estas alterações farão as receitas domésticas passar de 7,2% em 2012 para uma estimativa de 13,8% em 2016, sendo que o crescimento contínuo será cada vez mais importante à medida que as receitas petrolíferas começam a descer.

**Tabela 5.1 Previsão do Total das Receitas, 2010 - 2016 ($'m)**

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Actual | Estimativa | | | Previsão | | |
| **Total das Receitas** | 2,213.7 | 2,657.6 | **1,901.9** | 1,723.3 | 1,595.9 | 1,774.4 | 1,852.9 |
| Receitas Domésticas | 96.4 | 110.7 | **136.1** | 158.7 | 185.5 | 217.8 | 256.3 |
| Receitas Petrolíferas | 2,117.3 | 2,546.9 | **1,765.8** | 1,564.6 | 1,410.4 | 1,556.6 | 1,596.6 |

**Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011**

## Receitas Domésticas

As Receitas Domésticas consistem sobretudo em impostos (directos e indirectos), taxas e pagamentos de utilização, juros e receitas das Instituições Autónomas. Adicionalmente, há também receitas provenientes da venda de arroz e outros produtos subsidiados, como resultado de uma medida temporária introduzida pelo Governo para aliviar as dificuldades causadas pelo disparo dos preços mundiais dos alimentos em 2008.

A Tabela 5.2 mostra que os impostos, taxas e pagamentos e instituições autónomas continuam a aumentar de 2010 a 2016. A redução final gradual do programa de subsídios, significa que as receitas provenientes da venda de arroz caíram consideravelmente, esperando-se que continuem nestes níveis mais baixos.

**Tabela 5.2 Previsão das Receitas Domésticas 2010 - 2016 ($'m)**

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Actual | Estimativa | | | Previsão | | |
| **Impostos Directos** | 18.2 | 22.3 | **40.6** | 43.2 | 46.4 | 50.4 | 53.7 |
| **Impostos Indirectos** | 31.9 | 42.6 | **54.5** | 64.4 | 74.6 | 85.0 | 95.8 |
| **Taxas e Pagamentos** | 19.7 | 16.2 | **19.0** | 24.0 | 30.9 | 40.8 | 55.3 |
| **Venda de Arroz** | 12.6 | 10.0 | **0.8** | 0.9 | 1.1 | 1.2 | 1.3 |
| **Juros** | 0.1 | 0.1 | **0.1** | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 0.1 |
| **Agências Autónomas** | 13.7 | 19.2 | **20.9** | 25.9 | 32.2 | 40.0 | 49.9 |
| **Receitas dos Jogos Sociais** | 0.0 | 0.3 | **0.2** | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.2 |
| **Total** | **96.4** | **110.7** | **136.1** | **158.7** | **185.5** | **217.8** | **256.3** |

**Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011**

## Impostos

A Tabela 5.3 mostra as projecções de receitas por categoria e tipo de imposto. Estima-se que os impostos directos aumentem em 2011, chegando aos 40,6 milhões de dólares em 2012, e com um crescimento estável daí para a frente. Estas alterações devem-se em grande parte a um maior investimento do Governo na economia, através de despesas de capital. Prevê-se que este crescimento se reflicta no imposto de retenção, dado que os contratos de construção são sujeitos a este imposto.

A projecção de impostos indirectos para 2012 é de 54,5 milhões de dólares, aumentando para 95,8 milhões em 2016. Estas projecções assentam em grande parte por um lado na necessidade continuada de importações para facilitar o crescimento e o consumo domésticos, e por outro na capacidade continuada das infra-estruturas domésticas para acomodar estes aumentos. Como tal, alterações na infra-estrutura portuária ou aumentos significativos na produção doméstica para satisfazer a procura industrial e dos consumidores podem mudar consideravelmente estes números no médio prazo.

**Tabela 5.3 Previsão do Total das Receitas Fiscais 2010 - 2016 ($'m)**

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Actual | Estimativa | | | Previsão | | |
| **Impostos Directos** | **18.23** | **22.30** | **40.56** | **43.21** | **46.44** | **50.45** | **53.73** |
| Imposto sobre | | | | | | | |
| Rendimento | 5.53 | 7.10 | **7.82** | 8.13 | 8.46 | 8.79 | 9.15 |
| *Pessoas Singulares* | *0.68* | *1.29* | ***1.95*** | *2.03* | *2.11* | *2.20* | *2.28* |
| *Pessoas Singulares* | | | | | | | |
| *Outros* | *4.85* | *5.81* | ***5.87*** | *6.10* | *6.34* | *6.60* | *6.86* |
| Pessoas Colectivas | 4.49 | 5.70 | **5.59** | 6.23 | 6.96 | 7.76 | 8.67 |
| Retenção na Fonte | 8.22 | 9.50 | **27.15** | 28.84 | 31.03 | 33.89 | 35.92 |
| **Impostos Indirectos** | **31.94** | **42.60** | **54.50** | **64.40** | **74.59** | **85.05** | **95.83** |
| Imposto de Serviços | 3.49 | 4.00 | **5.11** | 6.15 | 7.43 | 8.98 | 10.86 |
| Imposto sobre Vendas | 6.08 | 11.40 | **13.34** | 15.72 | 18.13 | 20.53 | 22.94 |
| Impsto de Consumo | 16.88 | 17.70 | **24.65** | 29.08 | 33.53 | 37.97 | 42.42 |
| Direitos Aduaneiros | 5.48 | 9.50 | **11.40** | 13.44 | 15.50 | 17.55 | 19.61 |

**Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011**

## Taxas e Pagamentos de Utilização

A Tabela 5.4 contém a projecção das receitas de taxas e pagamentos de utilização, prevendo-se que aumentem de 16,2 milhões de dólares em 2011 para os 19,0 milhões em 2012. A queda em 2011 deve-se a receitas excepcionalmente elevadas ao nível de outras receitas não fiscais em 2010. A tendência de crescimento subjacente nesta categoria irá regressar no futuro, com as receitas de taxas e pagamentos de utilização a atingirem os 55,3 milhões em 2016.

**Tabela 5.4 Previsão de Taxas e Pagamentos de Utilização 2010 - 2016 ($'m)**

| | 2010 Actual | 2011 Estimativa | 2012 | 2013 | 2014 Previsão | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Taxas e Pagamentos de Utilização** | **19.73** | **16.18** | **19.00** | **23.98** | **30.93** | **40.84** | **55.29** |
| Registo de Negócios | 0.44 | 0.74 | **1.31** | 2.27 | 3.93 | 6.80 | 11.77 |
| Taxas de Correio | 0.07 | 0.06 | **0.02** | 0.02 | 0.02 | 0.03 | 0.03 |
| Rendas de Propriedades | 2.23 | 2.39 | **4.01** | 5.38 | 7.21 | 9.67 | 12.96 |
| Taxas de Água | 0.05 | 0.07 | **0.06** | 0.06 | 0.07 | 0.07 | 0.08 |
| Propinas | 0.39 | 0.47 | **0.48** | 0.54 | 0.60 | 0.67 | 0.74 |
| Registo de Veículos | 0.95 | 0.94 | **1.33** | 2.09 | 3.21 | 4.93 | 7.48 |
| Inspecção de Veículos | 0.00 | 0.24 | **0.26** | 0.38 | 0.57 | 0.86 | 1.29 |
| Licenças de Condução | 0.00 | 0.34 | **0.36** | 0.54 | 0.81 | 1.22 | 1.83 |
| Outras Taxas de Transportes | 0.00 | 0.00 | **0.00** | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Identificação e Passaportes | 0.53 | 0.81 | **0.96** | 1.31 | 1.77 | 2.40 | 3.25 |
| Vistos | 1.03 | 1.48 | **1.30** | 1.46 | 1.64 | 1.84 | 2.06 |
| Taxas Hospitalares | 0.08 | 0.07 | **0.07** | 0.08 | 0.09 | 0.10 | 0.11 |
| Custas Judiciais | 0.00 | 0.00 | **0.17** | 0.19 | 0.22 | 0.24 | 0.27 |
| Ganhos | 3.72 | 7.26 | **5.23** | 5.84 | 6.52 | 7.27 | 8.12 |
| Extracção de Minérios | 0.09 | 0.10 | **0.07** | 0.08 | 0.09 | 0.10 | 0.11 |
| Rádio e Televisão | 0.00 | 0.00 | **0.00** | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Bid Doc Receipts | 0.05 | 0.05 | **0.03** | 0.02 | 0.02 | 0.01 | 0.01 |
| Leilão | 0.17 | 0.05 | **0.01** | 0.02 | 0.02 | 0.02 | 0.02 |
| Outros | 9.95 | 1.11 | **3.32** | 3.70 | 4.13 | 4.61 | 5.15 |

**Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011**

## Vendas de arroz e juros

Os subsídios ao arroz foram introduzidos para proteger o povo timorense contra o disparo dos preços mundiais dos alimentos em 2008. Foi entretanto considerado que a necessidade de o Governo intervir neste mercado diminuiu. À medida que o Governo reduz a sua intervenção, as receitas deste sector deverão cair para 0,8 milhões de dólares em 2012 e, como não se prevê qualquer nova intervenção, o crescimento das receitas manter-se-á estável.

Os juros (dinheiro recebido pelas contas bancárias do Governo) representam apenas uma pequena parte das Receitas Domésticas. Está previsto que as receitas de juros atinjam os 0,1 milhões de dólares em 2012 e que aumentem de forma modesta a médio prazo.

## Instituições Autónomas

A Tabela 5.5 mostra as receitas das Instituições Autónomas (Instituto de Gestão de Equipamentos, ANATL, APORTIL e EDTL).

A EDTL é o maior contribuinte para esta categoria, sendo esperado que as suas receitas aumentem de 14,52 milhões de dólares em 2011 para 16,08 milhões em 2012. Prevê-se que este crescimento forte se mantenha no futuro, com a continuação da expansão do crescimento económico e da procura de electricidade, bem como fruto dos esforços continuados para aumentar o número de consumidores de electricidade que pagam pelo serviço que recebem. É também possível que as taxas cobradas, as quais foram revistas em Agosto de 2011, possam ser modificadas novamente. Esta modificação passará por pedir a clientes mais abastados que aceitem subsídios menores em relação à electricidade que consomem, o que poderá aumentar ainda mais as receitas recebidas.

Prevê-se que as receitas da ANATL cresçam de forma gradual, chegando aos 1,35 milhões de dólares em 2012, por via do aumento do número de voos e passageiros. A melhoria das infra-estruturas no futuro poderá fazer com que estes valores aumentem de forma significativa.

As receitas da APORTIL estimam-se que sejam de 3,39 milhões de dólares em 2012, registaram um crescimento robusto que deverá continuar a médio prazo, chegando aos 6,46 milhões até 2016. Uma vez mais, estes aumentos estão dependentes do aumento continuado das importações, bem como de aumentos nos seus níveis de preços, sem esquecer a capacidade das instalações portuárias para dar resposta a estes aumentos.

**Tabela 5.5 Previsão das Agências Autónomas 2010 - 2016 ($'m)**

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Actual | Estimativa | | | Previsão | | |
| Inst. Gestão Equip. | 0.03 | 0.00 | **0.11** | 0.12 | 0.13 | 0.15 | 0.16 |
| ANATL | 1.23 | 1.32 | **1.35** | 1.42 | 1.48 | 1.55 | 1.63 |
| APORTIL | 2.46 | 3.10 | **3.39** | 3.99 | 4.68 | 5.50 | 6.46 |
| EDTL | 10.00 | 14.52 | **16.08** | 20.40 | 25.88 | 32.83 | 41.64 |
| SAMES | 0.00 | 0.00 | **0.00** | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| **Total** | **13.72** | **18.94** | **20.94** | **25.92** | **32.18** | **40.03** | **49.89** |

**Fonte: Direcção de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011**

## Receitas Petrolíferas

Os principais factores que conduzem o fluxo de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Comparativamente com as estimativas de receitas petrolíferas no orçamento do ano transacto os preços são um pouco mais altos, a produção é consideravelmente inferior e os custos são significativamente superiores. Com base nestes pressupostos prevê-se que as receitas petrolíferas atinjam o seu pico em 2011, com 2,5 mil milhões de dólares, antes de descerem gradualmente para 1,8 mil milhões em 2012 e para 1,6 mil milhões em 2015 (ver Tabelas 5.6 e 5.7). As revisões reduzem as receitas acumuladas ao longo da vida do Bayu-Undan em cerca de 20%, comparativamente com as estimativas do ano anterior.

*Tabela 5.6 Estimadas das Receitas Petrolíferas 2011-2016 (milhões de dólares)*

| | 2010 Actual* | 2011 Estimate | 2012 Budget | 2013 Projection | 2014 Projection | 2015 Projection | 2016 Projection |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total Petroleum Revenue** | **2,339** | **2,830** | **2,090** | **1,904** | **1,759** | **1,922** | **1,991** |
| BU** FTP/Royalties | 159 | 165.66 | 119.28 | 114.40 | 108.26 | 117.37 | 115.08 |
| BU Profit oil | 1,031 | 1,275.18 | 930.97 | 780.30 | 676.69 | 767.06 | 843.39 |
| BU Income Tax | 458 | 420.00 | 251.58 | 264.29 | 280.21 | 323.41 | 277.02 |
| BU Additional Profit Tax | 374 | 472.74 | 300.86 | 291.99 | 236.89 | 293.26 | 320.20 |
| BU Value Added Tax | 35 | 8.48 | 13.43 | 13.64 | 13.00 | 9.79 | 10.40 |
| BU Wages Tax | 16 | 15.00 | 10.00 | 8.49 | 8.66 | 8.83 | 9.01 |
| BU Pipeline Payments | 7 | 8.56 | 8.56 | 8.56 | 8.56 | 8.56 | 8.56 |
| BU Other Payments | 19 | 136.60 | 25.00 | 20.00 | - | - | - |
| BU Withholding Tax | 18 | 10.57 | 16.73 | 16.99 | 16.20 | 12.20 | 12.95 |
| Kitan | | 33.74 | 89.44 | 45.98 | 61.86 | 16.10 | - |
| Petroleum Fund Interest Received | 221 | 283 | 324 | 339 | 349 | 365 | 394 |

*) Actual Cash flow for 2010 **) BU: Bayu Undan

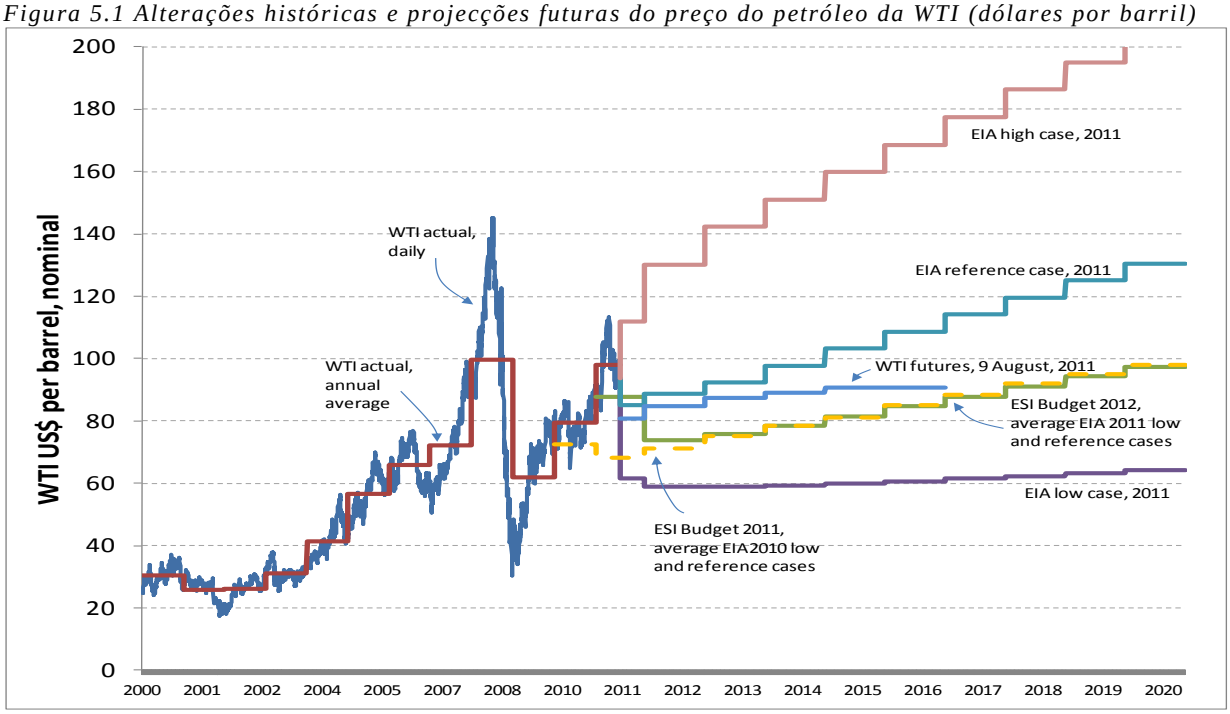
*Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011*

### *Preços do Petróleo*

O preço do petróleo para 2011 está estimado em 88 dólares por barril, levando em conta o desenvolvimento concreto até Julho. Esta estimativa do preço do petróleo é cerca de 20 dólares por barril mais elevada que o previsto no orçamento do ano transacto. Os preços do petróleo estão estimados nos 74 e 76 dólares por barril para 2012 e 2013, respectivamente, o que é ligeiramente superior ao anteriormente esperado. A Figura 5.1 mostra os pressupostos de preços do petróleo utilizados na estimativa das receitas petrolíferas. A figura mostra sobretudo duas coisas: em primeiro lugar, os pressupostos dos preços do petróleo, que são a

média da referência e do cenário baixo da EIA, não registaram grandes alterações em relação às estimativas do ano transacto. Em segundo lugar, os pressupostos são prudentes, sendo inferiores ao "cenário mais provável" ou cenário de referência da EIA e aos futuros da WTI[6], e significativamente inferiores ao cenário elevado da EIA. A metodologia de pressupostos de preços do petróleo (bem como todos os outros principais pressupostos) foi discutida em detalhe no Orçamento para 2011.

*Figura 5.1 Alterações históricas e projecções futuras do preço do petróleo da WTI (dólares por barril)*




*Fonte: Administração de Informação Energética (EIA), Panorama Energético Anual de 2011*

***Produção de Petróleo***

A previsão de produção de condensado e GPL (líquidos) para o Bayu-Undan é revista em baixa significativa comparativamente com os cálculos do RSE no ano transacto, levando em conta a experiência operacional recente e os resultados da Fase II de perfuração em 2010, entretanto totalmente assimilados. Conforme se pode ver na Tabela 5.7, o total da produção do Bayu-Undan (também incluindo GNL) já atingiu o seu pico e deverá agora ir diminuindo até cessar em 2024.

O Plano de Desenvolvimento do campo de Kitan foi aprovado em 2010 e é esperado que a produção tenha início no 4.º trimestre de 2011. A produção total é modesta quando comparada com a do campo de Bayu Undan. Os cenários de produção baixa e base de Kitan são de 26,8 e 35,5 milhões de barris de petróleo, respectivamente, ao longo da vida do projecto. O fluxo total de receitas com base no Cenário de Produção Baixa é equivalente a 247,1 milhões de dólares, cerca de 1% do Bayu Undan.

***Custos***

Os custos estimados para o projecto Bayu Undan, tanto a montante como a jusante, aumentaram de forma significativa. Os custos totais (de capital e operacionais, na instalação a montante, no gasoduto e na estação de GNL a jusante) são cerca de 40% superiores aos

[6] *Os futuros da WTI reflectem as expectativas das partes (vendedor e comprador) no mercado do petróleo relativamente ao preço futuro do petróleo e à quantidade a ser produzida.*

indicados na estimativa do ano transacto. A alteração na estimativa de custo deriva sobretudo da valorização do dólar australiano, no qual é paga uma parte significativa dos custos, e de questões de corrosão e outras questões operacionais que requerem acção correctiva ao longo dos próximos anos. A Tabela 5.7 mostra o preço do petróleo, os volumes de produção e as receitas petrolíferas sem e com descontos para Timor-Leste ao longo da vida dos dois projectos.[7]

*Tabela 5.7 Cálculo do Rendimento Sustentável – Pressupostos do Preço do Petróleo e Estimativas de Produção e Receitas entre 2002 e 2025*

| **Timor-Leste Petroleum sector** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Average WTI oil price | Production | Total Discounted Petroleum Revenues (Factor of 3.7%) | Total Undiscounted Petroleum Revenues |
| | $/Barrel | million barrels oil equivalent | $ million | $ million |
| **Total** | | **892** | | **27.266** |
| **Total from 1 January 2012** | | **548** | **13.496** | **18.864** |
| to 2002 | | | | |
| 2003 | | | | 10 |
| 2004 | 44 | 17 | 0 | 174 |
| 2005 | 54 | 29 | 0 | 336 |
| 2006 | 65 | 57 | 0 | 609 |
| 2007 | 72 | 58 | 0 | 1.288 |
| 2008 | 100 | 64 | 0 | 2.272 |
| 2009 | 62 | 62 | 0 | 1.653 |
| 2010 | 79 | 57 | 0 | 2.060 |
| 2011 | 88 | 59 | 0 | 2.547 |
| 2012 | 74 | 50 | 1.734 | 1.766 |
| 2013 | 76 | 52 | 1.482 | 1.565 |
| 2014 | 79 | 47 | 1.288 | 1.410 |
| 2015 | 82 | 50 | 1.371 | 1.557 |
| 2016 | 85 | 47 | 1.356 | 1.597 |
| 2017 | 88 | 44 | 1.245 | 1.521 |
| 2018 | 91 | 37 | 953 | 1.207 |
| 2019 | 94 | 38 | 986 | 1.295 |
| 2020 | 97 | 36 | 949 | 1.292 |
| 2021 | 101 | 36 | 918 | 1.297 |
| 2022 | 104 | 33 | 741 | 1.085 |
| 2023 | 106 | 18 | 376 | 572 |
| 2024 | 109 | 0 | 60 | 94 |
| 2025 | 112 | 0 | 37 | 61 |

*Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011*

## Retorno de Investimentos

O retorno líquido dos investimentos do Fundo Petrolífero foi de 221 milhões de dólares em 2010, o equivalente a 3,8%. Em 2010 a inflação dos EUA foi de 1,5% sendo que o retorno real foi de 2,3%. De 2011 para a frente presume-se um retorno dos investimentos de 3,7%, o que se traduz em 283 milhões de dólares em 2011 e 324 milhões em 2012 (nominal). No futuro, o retorno estimado dos investimentos irá reflectir o retorno esperado do Fundo, à medida que a afectação de activos se desenvolve em linha com a alteração à política de investimento emendada da Lei do Fundo Petrolífero.

[7] *Inclui fluxos de receitas dos campos do Bayu Undan e de Kitan.*

No segundo trimestre de 2011 o retorno líquido dos investimentos do Fundo Petrolífero é de 1,7%. O retorno anual para os 12 meses até Junho de 2011 é de 3%. O retorno anual dos investimentos desde a criação do Fundo é 4,2% nominal.

## Fundo Petrolífero

De acordo com o Relatório Trimestral do Fundo Petrolífero publicado pela então Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP), o saldo do Fundo no segundo trimestre de 2011 é de 8,3 mil milhões de dólares. Isto representa um aumento de 1,4 mil milhões em relação ao início do ano. Espera-se que o saldo do Fundo seja de 8,7 mil milhões de dólares em finais de 2011, após deduzir o levantamento estimado de 1,1 mil milhões em 2011 aprovado pelo Parlamento Nacional.

Não obstante a menor produção, os custos mais elevados e os levantamentos superiores ao previsto, o valor do Fundo Petrolífero deverá aumentar para 9,2 mil milhões de dólares até finais de 2012, 9,5 mil milhões até finais de 2013 e 11,3 mil milhões até finais de 2016.

A Tabela 5.8 mostra o saldo futuro do Fundo Petrolífero.

*Tabela 5.8 Poupança Estimada do Fundo Petrolífero 2011-2016 (milhões de dólares)*

| | 2010 Actual | 2011 Estimativa | 2012 Orçamento | 2013 Projecção | 2014 Projecção | 2015 Projecção | 2016 Projecção |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo de Abertura** | **5,377** | **6,904** | **8,679** | **9,175** | **9,515** | **9,685** | **10,422** |
| Receitas Petrolíferas | 2,117 | 2,547 | 1,766 | 1,565 | 1,410 | 1,557 | 1,597 |
| Juros Fundo Petrolifero, Liquido* | 221 | 283 | 324 | 339 | 349 | 365 | 394 |
| Levantamentos | -811 | -1,055 | -1,594 | -1,564 | -1,588 | -1,185 | -1,128 |
| **Saldo ao Fim do Ano Fiscal** | **6,904** | **8,679** | **9,175** | **9,515** | **9,685** | **10,422** | **11,285** |

***) Liquido de comissoes de gestao e de reavaliacao de mercado**

## Riqueza Petrolífera e cálculo do RSE

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) será 3% da Riqueza Petrolífera. A Riqueza Petrolífera, que engloba o saldo do Fundo mais o valor actual líquido das receitas petrolíferas futuras, está estimada em 22,2 mil milhões de dólares a 1 de Janeiro de 2012. A Riqueza Petrolífera estimada desceu 2,2 mil milhões de dólares comparativamente com os cálculos feitos no Orçamento para 2011, sobretudo como consequência das alterações à produção e aos pressupostos de custos discutidos acima. A Tabela 5.9 mostra os principais pressupostos por detrás dos cálculos do RSE.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está previsto nos 665,3 milhões de dólares para 2012. Isto constitui uma redução de 69 milhões em relação à estimativa do RSE para 2012 feita no orçamento do ano transacto.

*Tabela 5.9 Principais pressupostos por detrás do RSE*

| | |
|---|---|
| Reconhecimento de Activos | As estimativas de receitas petrolíferas são incluídas apenas para projectos com planos de desenvolvimento aprovados, o que inclui o Bayu-Undan e Kitan. |
| Estimativas de Reservas e de Produção Petrolíferas | As estimativas de produção são fornecidas pelos operadores dos projectos. Utiliza-se o cenário baixo, consistente com uma probabilidade de 90% de os valores concretos ultrapassarem os valores estimados. No caso do Bayu-Undan a diferença entre o cenário baixo (P10) e o cenário central (P50) é de 7 a 12%. |
| Estimativa do Preço do Petróleo | O RSE relativo ao Orçamento para 2012, à semelhança do que aconteceu com o para 2011, é preparado usando a média do cenário baixo da Administração de Informação Energética (EIA) e do cenário de referência para petróleo bruto leve doce (WTI[8]). |
| Preços para Produtos Petrolíferos Específicos | O Bayu-Undan produz condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL), ao passo que o Kitan deverá produzir apenas condensado. Os pressupostos das estimativas para cada produto são derivados de diferenciais históricos observados com a WTI. Os preços do GNL são estimados usando fórmulas de preços contratuais para o curto prazo e uma relação assumida com preços de petróleo para longo prazo, usando pareceres de peritos de mercado. |
| Custos de Produção | Estimativa central dos custos futuros de capital e funcionamento, conforme fornecidos pelos operadores de projecto. |
| Taxa de Desconto | É calculada uma taxa de desconto específica para cada ano da estimativa de receitas petrolíferas, utilizando a média da taxa de títulos dos EUA, a dez anos, para cada data de maturidade respectiva. Para fins descritivos, é então calculada uma taxa única de desconto implícito que resulta no mesmo valor líquido ao qual se chegou com a taxa de desconto específico. |

*Fonte: Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças*

A Tabela 5.10 mostra o cálculo do RSE para 2012, enquanto a Figura 5.2 mostra o RSE juntamente com a estimativa da receita petrolífera.

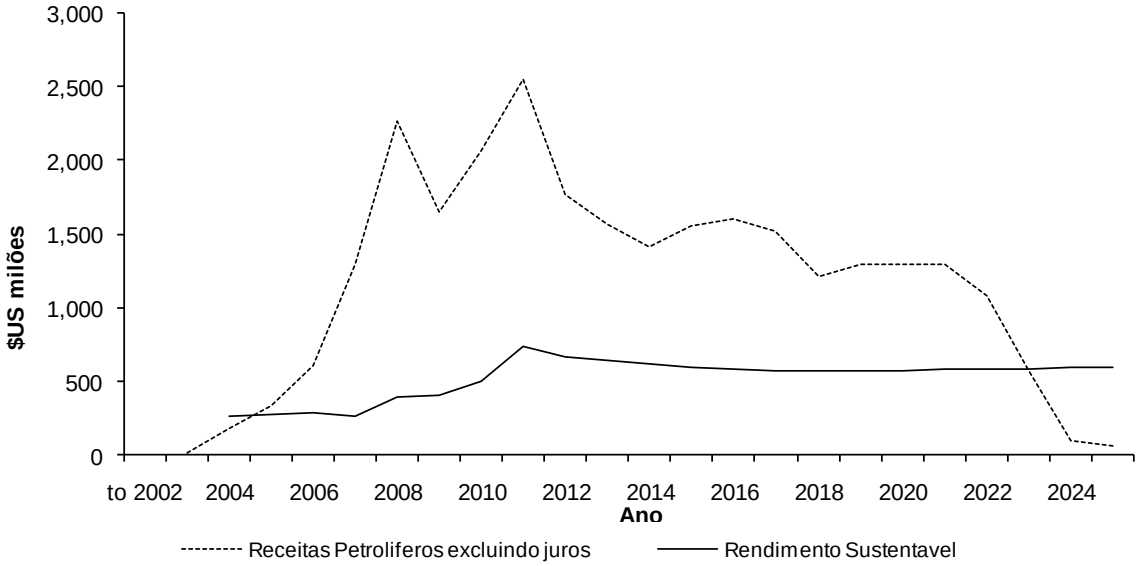
*Tabela 5.10 RSE em 1 de Janeiro de 2011 comparativamente com valores do Orçamento para 2010*

| **US$ million** | 2011 Budget | 2012 Budget | 2013 Budget | 2014 Budget | 2015 Budget | 2016 Budget |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Petroleum Fund balance | 6,617 | 8,679 | 9,175 | 9,515 | 9,685 | 10,422 |
| + Net Present Value of future revenues | 17,847 | 13,496 | 12,197 | 11,055 | 10,028 | 8,814 |
| Total Petroleum Wealth (PW) | 24,465 | 22,175 | 21,372 | 20,570 | 19,713 | 19,236 |
| Estimated Sustainable Income (PWx3%) | 734 | 665.3 | 641.2 | 617.1 | 591.4 | 577.1 |

*Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011*

[8] *O "Petróleo Leve com Baixo Teor de Enxofre" da EIA é indicado na documentação da EIA como sendo igual ao da WTI.*

*Figura 5.2 Receitas Petrolíferas e Rendimento Sustentável Estimado de Timor-Leste entre 2002 e 2024*




*Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011*

## Alterações no RSE entre 2011 e 2012

A Figura 5.3 mostra os principais factores de alteração no RSE em 2012 desde o Orçamento para 2011. Os principais factores de mudança incluem o preço do petróleo, a produção petrolífera e os custos. A Tabela 5.9 faz uma introdução geral aos pressupostos principais do RSE.

***Preços do petróleo***

Os cenários baixo e de referência para 2011 da EIA permanecem essencialmente inalterados. O preço, em 2011, de 88 dólares por barril utilizado para o RSE do Orçamento para 2012 é a média ponderada dos 98 dólares concretos por barril para os 7 meses até Julho de 2011[9] e a média dos cenários baixo e de referência de 73 dólares por barril do panorama económico anual da EIA AEO para 2011. Este valor é significativamente superior à estimativa de 68 dólares por barril no Orçamento para 2011. As previsões revistas para 2012 e 2013 são também ligeiramente superiores às estimativas anteriores, mas a partir voltam basicamente para o mesmo valor que a média dos cenários baixo e de referência da EIA, utilizada para o Orçamento para 2011. A alteração na previsão da WTI aumenta o RSE em 2012 em 21 milhões de dólares, em resultado sobretudo do aumento dos preços em 2011, 2012 e 2013.

***Diferenciais de preços de líquidos***

Os valores assumidos do condensado e GPL do Bayu-Undan (BU) relativos à WTI no futuro foram revistos ligeiramente, tal como já aqui foi falado. A alteração no diferencial de líquidos aumenta o RSE em 2012 em 4 milhões de dólares.

***Diferenciais de preços de GNL***

Existe um efeito modesto da reflexão de diferenciais específicos de venda no local conforme previsto pela Poten&Partners para 2012-2013. O diferencial do *Japan Crude Cocktail* (JCC) foi revisto para a WTI menos 3,5% (Orçamento para 2011 da WTI menos 5%). Estas alterações aumentam o RSE em 5 milhões de dólares.

[9] *Fonte EIA: http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_pri_spt_s1_d.htm; média dos preços mensais até Julho de 2011.*

***Produção de líquidos***
A ConocoPhilips (COP) reviu a estimativa de produção para o Bayu-Undan em baixa significativa, levando em conta a experiência operacional recente e os resultados da Fase II de perfuração em 2010, entretanto totalmente assimilados. Isto reduz o RSE de 2012 em 69 milhões de dólares. As explicações da ConocoPhilips para a revisão são as seguintes:

- Em finais de 2010 a produção de líquidos começou a desviar-se da estimativa do cenário base, que tinha, até aí, servido para prever a produção de forma muito precisa.

- Após investigação, a COP está a rever o seu modelo de reservas de baixo para cima, tendo incorporado na totalidade os resultados da Fase II de perfuração conduzida em 2010. Isto será concluído perto do fim de 2011.

- O trabalho até aqui resultou numa redução da estimativa de Gás Inicialmente Descoberto no Local (GIIP) de 8,0 biliões de pés cúbicos para 7,6 biliões de pés cúbicos, bem como numa redução particularmente no GIIP relativa à formação de elevados conteúdos de líquidos, reduzindo a estimativa de líquidos no geral.

- A pressão do reservatório desceu mais rápido que o esperado, o que resultou em algum potencial para passagem de condensado e GPL para o reservatório, não sendo assim produzidos.

- Existe uma maior produção de água e algumas evidências que apontam para penetração de gás pobre (gás re-injectado que migra para poços de produção e que é produzido preferencialmente à frente de líquidos).

- A concepção do campo, com apenas 12 poços em produção, dá pouca flexibilidade operacional.

***Produção de GNL***
A estimativa de GNL é o cenário P50 da COP, modificado para terminar em 2023 quando cessar a produção de líquidos segundo o cenário baixo. Isto continua a reflectir uma redução relativamente ao cenário baixo de 2011, o que resulta num decréscimo de 20 milhões de dólares no RSE. Caso seja usado, sem quaisquer ajustes, o cenário baixo apresentado pela COP, o RSE descerá mais 20 milhões de dólares, porém o Ministério das Finanças considera que tal seria excessivamente prudente.

***Custo***
A ConocoPhilips aumentou consideravelmente a sua estimativa dos custos do cenário baixo para o projecto do Bayu-Undan, tanto a montante como a jusante. Os custos totais (de capital e operacionais, nas instalações a montante, no gasoduto e na estação de GNL a jusante) são cerca de 40% superiores aos indicados na estimativa do ano transacto, resultando numa diminuição do RSE em 36 milhões. A alteração na estimativa de custo deriva sobretudo da valorização do dólar australiano, no qual é paga uma parte significativa dos custos, e de questões de corrosão e outras questões operacionais que requerem acção correctiva ao longo dos próximos anos.

63% dos custos do Bayu-Undan são expressos em dólares australianos, assim como 85% dos custos com GNL para Darwin. As estimativas actuais pressupõem uma taxa de câmbio de

1,07 dólares americanos por cada dólar australiano, durante a vida do projecto, o que representa um aumento de, sensivelmente, 38% dos custos em dólares americanos relativamente ao ano transacto. O Governo considera que, embora haja a possibilidade de o dólar australiano poder ficar mais fraco em relação ao dólar americano com o tempo, continua a ser prudente usar os custos da COP reflectindo o pressuposto de 1,07 dólares americanos por cada dólar australiano.

***Kitan***

O plano de desenvolvimento para Kitan foi aprovado pela ANP em 2010, pelo que as estimativas de receitas do Kitan são incluídas no cálculo do RSE. O aumento de 3 milhões de dólares no RSE reflecte o cenário de baixa produção do Kitan.

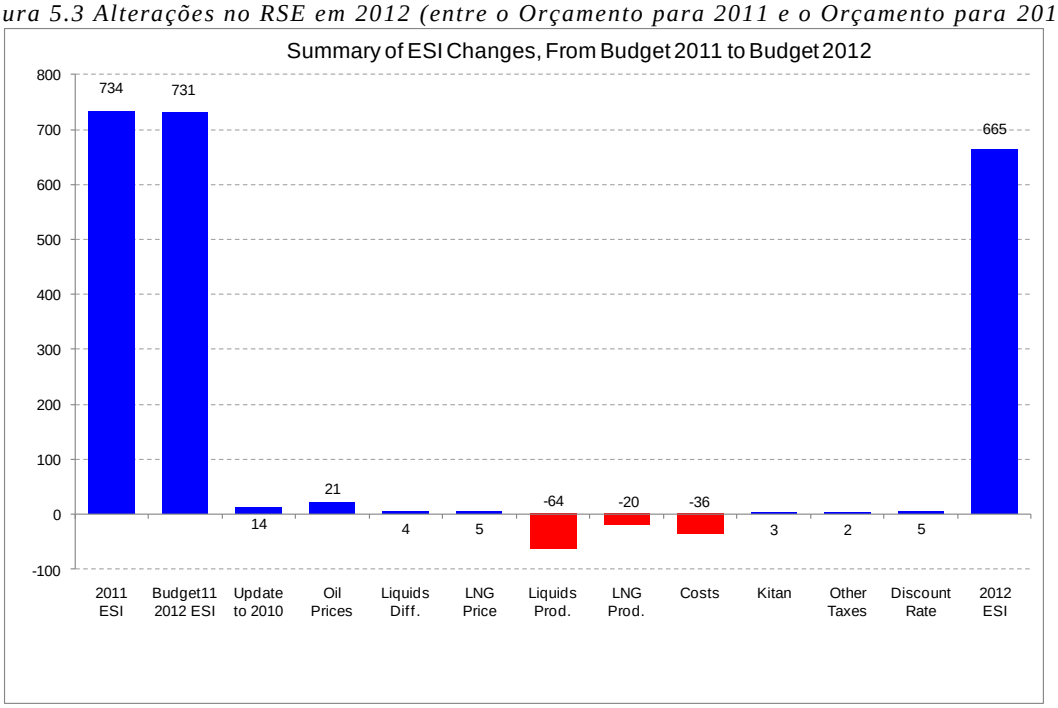
***Taxas de exploração***

Reconhecendo a sua imaterialidade relativa, o RSE de 2011 incluiu uma previsão muito simples de vencimentos e outros impostos relacionados com a actividade de exploração fora do Bayu-Undan. O tempo veio mostrar que os valores indicados nesta previsão ficaram aquém da realidade. As cobranças de impostos a partir de subempreiteiros e de perfurações de exploração estão previstas no Orçamento para 2012 como sendo consistentes com as cobranças recentes e levando em conta os compromissos de trabalho de exploração aconselhados pela ANP. A alteração na previsão de outros impostos vem aumentar o RSE, em 2012, em 2 milhões de dólares. Não existem compromissos firmes em termos de trabalho de exploração para lá de 2013, pelo que não se pressupõem quaisquer receitas após essa data.

***Taxa de desconto***

A taxa de desconto utilizada é a média, a 10 anos, das taxas dos Títulos do Tesouro dos EUA, as quais têm continuado a descer. A taxa de desconto foi reduzida de 4,0% para 3,7%. Uma taxa de desconto mais baixa aumenta o valor actual das receitas petrolíferas futuras, tendo aumentado o RSE em 5 milhões de dólares.

*Figura 5.3 Alterações no RSE em 2012 (entre o Orçamento para 2011 e o Orçamento para 2012)*



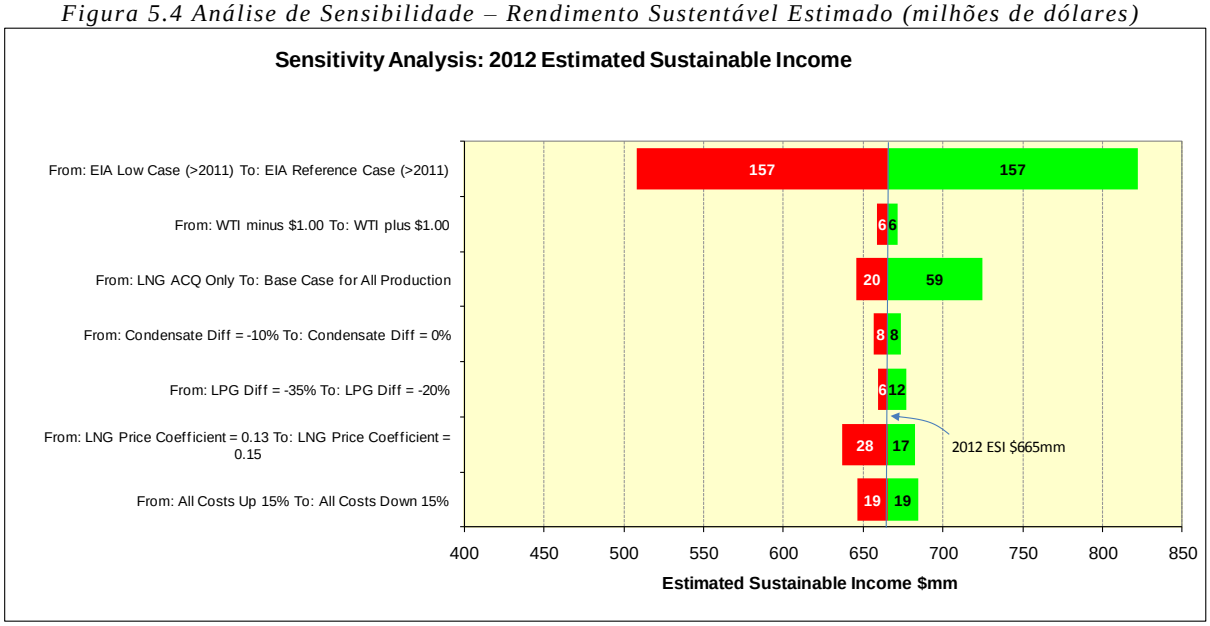

*Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011*

## Análise de sensibilidade

O objectivo do Governo é preparar uma estimativa do RSE que seja prudente em termos gerais. Foram desenvolvidos pressupostos para cada elemento principal da estimativa das receitas petrolíferas futuras levando em conta as melhores informações disponíveis e os pareceres dos peritos. Todavia, cada elemento está sujeito a incertezas. A Figura 5.4 mostra como o RSE em 2012 muda quando os principais pressupostos são alterados individualmente. A análise de sensibilidade começa com um RSE em 2012 de 665,3 milhões de dólares e mostra quanto mudaria se fosse usado um pressuposto diferente para cada variável principal. Relativamente à sensibilidade para com os preços do petróleo, a previsão usada na estimativa para 2012 é comparada com as previsões do cenário baixo e do cenário de referência da EIA (que em ambos os casos começam em 2012). Para outros pressupostos importantes, os parâmetros utilizados na análise de sensibilidade reflectem uma variação ponderada em relação aos principais pressupostos base.

Esta análise mostra que as estimativas do preço e da produção do petróleo são, de longe, os pressupostos mais importantes, e todos os outros secundários. Deste modo, o RSE é preparado com pressupostos prudentes relativamente a preços e produção de petróleo, e com ponderações consistentes (P50, resultados esperados) para outros, tendo presente que prudência em cada variável resultará globalmente num excesso de prudência.

*Figura 5.4 Análise de Sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado (milhões de dólares)*




*Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011*

## Análise da metodologia

O Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero requer que o RSE seja calculado utilizando pressupostos prudentes que reflictam as melhores práticas internacionais, e que sejam baseados em padrões internacionais reconhecidos. O Ministério das Finanças conduziu uma análise abrangente da metodologia para o RSE, preparada para o Orçamento de 2011, com assistência técnica do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional. Não foram implementadas quaisquer alterações, em termos de metodologia, em relação ao Orçamento para 2012.

Tal como em anos anteriores, o RSE usa as projecções do cenário baixo para a produção de líquidos (condensado e GPL). Para o GNL usa-se um cenário base modificado, como consequência da alteração na metodologia da ConocoPhilips.

## Alterações à Lei do Fundo Petrolífero

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero foram aprovadas pelo Parlamento a 23 de Agosto de 2011. A legislação reflecte sobretudo dois princípios: boa governação e diversificação. Estes princípios são explicados mais abaixo, juntamente com uma discussão das principais alterações àquela Lei.

O Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2010 discute, também, de forma aprofundada a aplicação destes princípios na lei, com especial ênfase no quadro de governação e no equilíbrio entre riscos e retornos previsto na nova política de investimento.

***Boa Governação***

Com base nos "Princípios de Santiago[10]", o modelo de gestão do Fundo Petrolífero assenta num elevado grau de transparência e de divulgação de informações. Isto ajuda a criar apoio público à boa gestão da riqueza petrolífera e reduz o risco de má governação. A transparência garante que as informações podem ser usadas para medir o desempenho das autoridades e protege contra o possível uso indevido de poderes. A transparência serve para permitir responsabilização, o que significa que as autoridades e quem manuseia os dinheiros públicos pode ser responsabilizado pelas suas acções.

Na sua qualidade de Executivo, o Governo através do Ministério das Finanças é responsável pela gestão global do Fundo Petrolífero, em nome do povo de Timor-Leste. A Lei do Fundo Petrolífero torna o Governo responsável perante o Parlamento Nacional através da obrigação de apresentar relatórios. A gestão operacional é actualmente conduzida pela ABP (Banco Central), a qual investe o capital do Fundo de acordo com directivas estabelecidas pelo Ministério das Finanças e mandatos desenvolvidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). O Ministério das Finanças é obrigado a solicitar o parecer do CAI antes de tomar decisões sobre qualquer matéria relativa à estratégia de investimento ou à gestão do Fundo Petrolífero.

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero fortalecem ainda mais este quadro de governação reconhecido a nível internacional através da melhor especificação da obrigação de reportar ao Parlamento Nacional, do fortalecimento do equilíbrio de poderes e dos requisitos em termos de qualificações técnicas para a gestão do Fundo.

***Diversificação***

A obtenção de retornos financeiros envolve a tomada de riscos. Em situações onde o capital é sistematicamente afectado em aplicações que não aquelas com taxa de retorno isenta de risco, os investidores esperam um retorno superior como recompensa pelo risco adicional que estão a correr. Por outras palavras, o risco e o retorno esperado estão relacionados. Esta relação é discutida e quantificada no Relatório Anual do Fundo Petrolífero de 2010.

---

[10] *"Fundos de Riqueza Soberana: Princípios e Práticas Geralmente Aceites" do Grupo Internacional de Trabalho, também conhecidos como Princípios de Santiago. Os Princípios identificam um quadro de princípios e práticas geralmente aceites que reflectem devidamente os acordos de governação e responsabilização, bem como a conduta de práticas de investimento por parte de Fundos de Riqueza Soberana (FRSs) numa base sólida e prudente.*

As alterações à Lei do Fundo Petrolífero estabelecem que o objectivo da política de investimento é maximizar o retorno ajustado ao risco. Uma condição necessária para a concretização deste objectivo é a utilização do princípio da diversificação. A diversificação é o processo de exposição de uma carteira de investimentos a várias diferentes classes de aplicações, factores de risco e aplicações financeiras individuais, ao invés de estar concentrado num só destes elementos. A diversificação é o antídoto contra muitos riscos evitáveis. A chave do processo de diversificação é que diferentes classes de aplicações e outros factores de risco de carteiras, por norma, não se movem em uníssono. A combinação de aplicações com activos correlacionados de forma menos que perfeita, reduz o risco e a volatilidade.

A pedra basilar da política financeira é o Rendimento Sustentável Estimado (RSE). O RSE é definido na lei como o montante máximo que pode ser retirado ao Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal deixando recursos suficientes no Fundo para dotações idênticas em anos fiscais subsequentes. O RSE está estimado nos 3% da riqueza petrolífera.

Uma condição necessária para que o RSE seja de facto sustentável é que os investimentos do Fundo gerem um retorno real de 3%. O retorno real da carteira desde a criação do Fundo em Setembro de 2005 até Junho de 2011 foi de 2,2%. Os modelos económicos prevêem que o universo de investimento restrito regulado na versão original do Lei do Fundo Petrolífero irá gerar um retorno real de 2% ao longo do tempo. Esta política de investimento não está assim alinhada com a política financeira. A alteração à lei permite que até 50% do Fundo sejam investidos em acções. Os modelos económicos prevêem que isto dará uma probabilidade razoável de se atingir um retorno real de 3% ao longo do tempo, com um nível de risco aceitável para o Governo, alinhando assim a política de investimento do Fundo Petrolífero com a orientação de despesa orçamental do RSE.

# Parte 6: Financiamento

O Plano Estratégico de Desenvolvimento prevê investimentos significativos em infra-estruturas. Para atingir, com sucesso, este objectivo o Governo está a considerar algumas opções de financiamento e de implementação dos projectos. Estas incluem empréstimos concessionados em que o custo do empréstimo seja menor, a médio prazo, que o retorno esperado do projecto.

## Parcerias Público-Privadas (PPPs)

O Governo, com o apoio de parceiros de desenvolvimento, concluiu o desenvolvimento do quadro político e legal e irá posteriormente desenvolver processos e procedimentos internos que permitirão a adopção de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Para ser bem-sucedida, uma proposta terá de demonstrar um benefício generalizado para a comunidade e ser consistente com os planos e prioridades do Governo. É vital que haja planeamento e estudos prévios para garantir que o Governo está a receber um valor correcto pelos direitos que concede. Isto é importante uma vez que as PPP são acordos complexos, que são muitas vezes preparados e negociados, para durarem um longo período de tempo.

As PPPs são uma boa opção porque permitem a partilha dos riscos e ultrapassar a incapacidade de disponibilizar serviços. Dentro do PED há vários projectos que podem ser adequados para serem realizados através de PPPs. O Governo está actualmente a estudar os seguintes projectos: porto e aeroporto, entre outros. É importante ter em conta que os acordos de PPPs também podem ser usados para construir infra-estruturas sociais. Todavia o processo de PPPs é complexo e existe um custo inicial elevado com planeamento, negociação e implementação. Assim sendo, o Governo espera que, de início, as PPPs sejam usadas de forma muito pontual, para projectos com retorno económico muito elevado que atraiam conhecimentos especializados apropriados do sector privado. Isto permitirá também aprender lições e adquirir experiencia internacional para aumentar a capacidade institucional de estabelecer PPPs.

## Empréstimos

De acordo com os artigos 20.º e 21.º da Lei de Orçamento e Gestão Financeira, o Governo tem base legal para contrair empréstimos. Além disso, a 24 de Agosto de 2011 o Parlamento Nacional aprovou o Regime da Dívida Pública, o qual pretende estabelecer uma base para facilitar a contracção de empréstimos externos entre o Governo e instituições de financiamento multilaterais e bilaterais, a fim de complementar as necessidades de financiamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED). O objectivo principal da contracção de empréstimos externos é avançar com a implementação de projectos estratégicos de capital identificados no Plano de Implementação de Projectos (PIP) entre 2011 e 2015 do PED. Os empréstimos disponibilizados a partir das instituições multilaterais e numa base bilateral serão efectuados a mais longo prazo e a taxas abaixo dos retornos gerados com os investimentos. Prevê-se que os empréstimos sejam utilizados para projectos de prioritários tais como estradas e pontes. A Tabela 6.1 mostra a dimensão dos empréstimos para diferentes troços de estradas através do país, bem como para saneamento em Díli. Em 2012, é esperado que os empréstimos sejam na ordem dos 33,1 milhões de dólares. Este valor aumentará nos próximos cinco anos, tal como está indicado na Tabela 6.1. Os fundos relativos ao co-financiamento por parte do Governo vêm do Fundo de Infra-estruturas.

A Tabela 6.1 não mostra amortizações dado que a maior parte dos empréstimos têm um período de carência de dez anos. Até lá, o Governo reportará as amortizações através do Orçamento do Estado.

*Tabela 6.1. Necessidades de financiamento e co-financiamento do Governo entre 2012 e 2016*

| **Estradas** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Díli – Liquiçá, Tibar – Ermera | 5.260 | 10.700 | 10.700 | | | 26.660 |
| Manatuto – Natarbora | 2.840 | 2.880 | 2.280 | 5.340 | 30.000 | 43.340 |
| Díli – Manatutu – Baucau | 5.000 | 6.600 | 8.100 | 27.500 | 50.000 | 97.200 |
| Maubise – Ainaro / Same | | 10.000 | 20.000 | 20.000 | | 50.000 |
| Auto-estrada da Costa Sul | | 30.000 | 40.000 | 50.000 | 100.000 | 220.000 |
| Esgotos em Díli | 20.000 | 20.000 | | | | 40.000 |
| | | | | | | |
| **Empréstimos** | **33.100** | **80.180** | **81.080** | **102.840** | **180.000** | **477.200** |
| Co-financiamento do Governo | 9.930 | 24.054 | 24.324 | 30.852 | 54.000 | 143.160 |
| | **43.030** | **104.234** | **105.404** | **133.692** | **234.000** | **620.360** |

*Fonte: Secretariado dos Grandes Projectos, Ministério das Finanças, 2011.*

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**

**Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste**

**Phone - +670 3339510  Fax - +670 3331204**

**Website - www.mof.gov.tl**